

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - CEP 77.001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>  
Anexo I do Tribunal

**Edital nº 346 / 2026**  
**PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/SEDCC**

<b>PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2026 - UASG 925814</b>			
<b>COMPRASGOV N.º 90031/2026</b>			
<b>OBJETO</b>	<b>REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO, PERSONALIZAÇÃO E FORNECIMENTO DO CONJUNTO DE IDENTIFICAÇÃO DE MAGISTRADOS, ATIVOS E INATIVOS</b>		
<b>SRP? SIM</b>	<b>VALOR ESTIMADO: R\$ 74.546,10 (setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos)</b>		
<table><tr><td><b>DATA DA ABERTURA DO CERTAME:</b> <b>24/06/2026, às 13:30 horas</b>  (horário de Brasília)  Sítio Eletrônico: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a></td><td><b>Pregoeiro:</b>  <b>Marcos Vinícius de Souza Moreira</b></td></tr></table>		<b>DATA DA ABERTURA DO CERTAME:</b> <b>24/06/2026, às 13:30 horas</b>  (horário de Brasília)  Sítio Eletrônico: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	<b>Pregoeiro:</b>  <b>Marcos Vinícius de Souza Moreira</b>
<b>DATA DA ABERTURA DO CERTAME:</b> <b>24/06/2026, às 13:30 horas</b>  (horário de Brasília)  Sítio Eletrônico: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	<b>Pregoeiro:</b>  <b>Marcos Vinícius de Souza Moreira</b>		

<b>Vistoria?</b> ( ) SIM ( x ) NÃO	<b>Amostra/Protótipo?</b> ( ) SIM ( X ) NÃO	<b>Atestado de Capacidade Técnica:</b> ( x ) SIM ( ) NÃO
<b>LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP</b>		
<b>Pedido de Esclarecimento e Impugnações:</b> <b>Até dia 19/06/2026</b> <b>Endereço eletrônico:</b> <a href="mailto:cpl@tjto.jus.br">cpl@tjto.jus.br</a>	<b>Pregoeiro, Agente de Contratação e Equipe de Apoio:</b> Comissão de Licitação - COLIC (Anexo I do TJTO), Ed. Amaro Empresarial, Quadra 103 Norte, Rua NO-11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP 77.001-036, Telefone: (63) 3142-1442 e e-mail: <a href="mailto:cpl@tjto.jus.br">cpl@tjto.jus.br</a> .	
Telefone em caso de dúvidas ou problemas técnicos relacionados à utilização do Portal de Compras do Governo Federal: 0800-978-9001.		
<p style="text-align: center;"><b><u>ATENÇÃO</u></b></p> <p><b>A Administração Pública ficará obrigada a autuar processo administrativo para apuração de falta e aplicação de sanções contra todas as empresas que pratiquem os atos tipificados nos artigos n.º 155 e 156 da Lei 14.133/2021.</b></p> <p><b>Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos, devendo formular sua proposta/lance firme e seguro possibilitando seu cumprimento.</b></p> <p><b>A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante às sanções, apuradas em regular processo administrativo.</b></p> <p>Todos os documentos a serem encaminhados eletronicamente deverão ser configurados, preferencialmente, nos seguintes formatos: Adobe Acrobat Reader (extensão .PDF), Word (extensão .DOC ou .DOCX), Excel (extensão .XLS ou</p>		

.XLSX), podendo ainda ser processados por compactação nos formatos ZIP (extensão .ZIP) ou RAR (extensão .RAR).

Acompanhe as sessões públicas realizados por esta Corte de Justiça pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, selecionando as opções Consultas > Pregões > Em andamento > Cód. UASG "925814". O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasgov ou baixados através do sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pelo link: <https://www.tjto.jus.br/informacoes/licitacoes>

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2026 - SRP

### PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 26.0.000001563-5

**O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, UASG 925814**, doravante denominado TJ/TO, torna público aos interessados, através da Divisão de Contatos e Convênios/Serviço de Elaboração de Editais, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, Resolução do CNJ n.º 229, de 22 de junho de 2016, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 26.0.000001563-5 a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM, para o REGISTRO DE PREÇOS** destinado à **contratação de empresa especializada para confecção, personalização e fornecimento, sob demanda, do Conjunto de Identificação de Magistrados, ativos e inativos**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br, pelo pregoeiro **Marcos Vinícius de Souza Moreira**, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria n.º 769, de 27 de fevereiro de 2025.

**DATA: 24 de junho de 2026**

**HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF: 13:30 hs**

**SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**OBSERVAÇÃO:** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

## CAPÍTULO I - DO OBJETO

**1.1** – O presente pregão tem por objeto o registro de preços para futuras contratações pelo TJ/TO consistentes na **confecção, personalização e fornecimento, sob demanda, do Conjunto de Identificação de Magistrados, ativos e inativos**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

**1.1.1** – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

**1.2** - A licitação será dividida em 2 (dois) itens, conforme tabela constante no subitem 1.1.1 do Termo de Referência (Anexo I), facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**1.3** - O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

**2.1** – Poderão participar deste Pregão, exclusivamente, **as microempresas e empresas de pequeno porte**, desde que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**2.1.1** – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

**2.1.2** – O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**2.2** – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

**2.2.1** – **não se enquadrem na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas enquadradas na**

**condição estabelecida no art. 34 da Lei 11.488/2007;**

**2.2.2** - tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

**2.2.3** – estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado do Tocantins, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

**2.2.4** – tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o TJ/TO, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

**2.2.5** – estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

**2.2.6** – pessoas físicas ou jurídicas que incidam na hipótese de impedimento prevista no inciso IV do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, observando-se, em especial, o inciso VI do art. 2º da Resolução nº 7, de 2005, do Conselho Nacional de Justiça;

**2.2.7** - das quais participe, na condição de gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor integrante do Quadro de Pessoal do TJ/TO;

**2.2.8** - se encontrem em processo de dissolução ou liquidação;

**2.2.9** - constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**2.2.10** - em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

**2.3** – A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**2.3.1** – SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), disponível no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>;

**2.3.2** – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**2.3.3** – Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

**2.3.4** - Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

**2.3.5** – É vedada a disputa em licitação ou participação na execução contratual de qualquer das pessoas físicas ou jurídicas referenciadas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**2.4** – Considerando a sistemática da plataforma Compras.gov.br acerca do sigilo da autoria das propostas, o Pregoeiro realizará a consulta de que trata o item 2.3 somente após a conclusão da fase de lances, momento no qual será revelada a identidade dos participantes do certame eletrônico.

**2.5** – Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

**2.6** - As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**2.7** – Será vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição, conforme justificativa técnica e econômica constante do item 2.7 do Termo de Referência.

**2.8** - Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

**2.9** – Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto no Capítulo VII deste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal nº 8.538/2015.

**2.10** – Os documentos apresentados nesta licitação deverão conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento.

### **CAPÍTULO III – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA**

**3.1** – A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**3.1.1** – A licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme

disposto no inciso IV do art. 82 da Lei n.º 14.133/2021;

**3.2** – A licitante deverá consignar na forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário de cada item**, observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes nos anexos deste edital.

**3.2.1** – Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

**3.3** – Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

**3.4** – O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

**3.4.1** - A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

**3.5** – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

**3.5.1** - Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

**3.6** – A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

**3.7** – Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

**3.8** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

**3.9** – As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

**3.9.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

**3.10** – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

## CAPÍTULO IV – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

- 4.1** – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.2** – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).
- 4.3** – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 4.4** – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.5** – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 4.6** – O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.
- 4.7** – O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.
- 4.7.1** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 4.7.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 4.8** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## CAPÍTULO V – DO INÍCIO DA DISPUTA, DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DA NEGOCIAÇÃO.

- 5.1** - A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“aberto e fechado”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.



**5.2** - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.3** - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.4** - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.4.1** - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.5** - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

**5.5.1** - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.6** - Poderá o (a) pregoeiro (a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

**5.7** - A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.8.

**5.8** - Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

**5.8.1** – proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

**5.8.2** - proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;

**5.9** – Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

**5.10** – Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 5.8.

**5.11** – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

**5.11.1** - O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 5.3 deste Edital.

**5.12** – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**5.12.1** – Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento).

**5.13** – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**5.14** – Havendo empate entre as ofertas, nos itens de ampla concorrência, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

**5.14.1** - Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

**5.14.2** - Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio eletrônico a ser realizado pelo sistema.

**5.15** – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**5.15.1** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**5.16** – Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

**5.16.1** – A possibilidade de exclusão de lance inexecuível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

**5.17** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.18** - Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**5.19** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.20** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.21 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.**

**5.21.1** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.2 - Conforme art. 8º da Resolução TJTO n.º 15/2024, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, serão consideradas ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nesta ordem:**

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros

**5.21.3** - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.22** – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**5.22.1** – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**5.22.2** - O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.22.3** - Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

**5.23** – Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.23.1** - É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.23.

**5.24** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **CAPÍTULO VI – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**6.1** - Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**6.2** - Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

**6.3** - A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**6.3.1**- Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO**

**7.1** – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

## **CAPÍTULO VIII – DA VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE**

## 8.1 - Não se aplica.

### CAPÍTULO IX – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

**9.1** – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

**9.1.1** – O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**9.1.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**9.1.3 – A proposta deverá conter todas as características e especificações técnicas do fabricante em conformidade com as especificações do edital.**

**9.1.3.1** - O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de catálogos, *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos ofertados, antes mesmo da apresentação de eventual amostra.

**9.1.4** – A proposta ainda deverá conter:

**a) número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ** responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, **número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);**

**b)** indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

**c)** indicação de preço em real, com indicação do **valor unitário e total da proposta**, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

**9.1.5** - Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**9.1.6** – A proposta será desclassificada quando:

- a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b) contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

**9.1.7** - Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

**9.1.8** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

**9.1.9** - Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

**9.1.10** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.2** – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

**9.2.1** – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

**9.2.2** - Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2.3** – Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

## **CAPÍTULO X – DA HABILITAÇÃO**

**10.1** – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

**10.11.1** – Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**10.11.2** – Os documentos referidos no subitem anterior, constantes do SICAF, serão disponibilizados para acesso pelos interessados mediante link informado no chat da sessão pública no sistema *compras.gov.br*, em atendimento ao princípio da transparência.

**10.2** – Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

**10.2.1** - A incompatibilidade entre o objeto social e o objeto certame dará causa a inabilitação da licitante.

**10.3** – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

#### **10.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:**

**a) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante forneceu adequadamente produto compatível com o objeto da presente licitação.**

**10.3.1.1** – Deverá constar no atestado, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

**10.3.1.2** - É admitida a somatória de atestados de capacidade técnica sempre que inexistir motivo para a exigência de atestado único, independentemente da época de expedição ou localidade.

**10.3.1.3** - É facultada à Comissão de Licitação, ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação relevante que deveria constar originariamente da proposta.

**10.3.1.4** – Não serão considerados os atestados quando emitidos por pessoa jurídica de direito privado que integre, juntamente com a licitante, um mesmo grupo econômico ou empresarial.

**10.3.1.4.1** - Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo econômico ou empresarial, as empresas controladas ou controladoras da empresa licitante, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente.

**10.3.2** – Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá:

**a)** Preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

**a.1)** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**a.2)** Declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação, obrigando-se a comunicar a superveniência de ocorrência impeditiva ao TJ/TO;

**a.3)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**a.4)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de que sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**a.5)** Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

**10.4** – Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

**10.4.1** – O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.4.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.4.3** – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.5** – O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

**10.5.1** – Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

**10.5.1.1** – Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao setor de licitações, Anexo I do TJTO, localizada no Edifício Amaro Empresarial, situada na Quadra 103 Norte, Rua NO 11, Lote 2, 7º Andar, Plano Diretor Norte, Palmas/TO, CEP



77.001-036, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

**10.6** - Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

**10.6.1** - A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 10.7 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**10.7** – Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

**10.7.1** – O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

**10.7.2** – Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

**10.7.3** – Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

**10.8** – Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

**10.8.1.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**10.8.2** – Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

**10.9** – Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

**10.10** – As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**10.10.1** – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

**10.10.2** – A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**10.10.3** - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

**10.11** – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será admitido quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 60 (sessenta) dias corridos.

**10.12** – Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

**10.12.1** – Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

**a)** identidade dos sócios e/ou responsáveis técnicos;

**b)** atuação no mesmo ramo de atividades;

**c)** data de constituição da nova empresa posterior à data de instauração de processo administrativo apto à aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

**d)** compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

**e)** identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

**f)** identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

**10.12.2** – Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará a licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

**10.12.3** – Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender a licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

**a)** inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

**b)** relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

**10.13 - O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á a sanções previstas neste edital.**

## **CAPÍTULO XI – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA**

**11.1** – Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

**11.2** – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

## **XII - DO RECURSO**

**12.1** – Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**12.1.1** – O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

**12.1.2** – Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 12.1

deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

**12.1.3** – Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 12.1.2.

**12.2** – Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

**12.2.1** – Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**12.3** – O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**12.4** – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **CAPÍTULO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1** – O objeto deste Pregão será adjudicado pela autoridade competente do TJ/TO.

**13.2** – O objeto deste Pregão será adjudicado por item, conforme o caso à(s) vencedora(s) do certame.

**13.3** – A homologação deste Pregão compete à autoridade competente do TJ/TO.

**13.4** – Antes da homologação da licitação, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva, desde que aceitem ofertar o objeto a preços iguais ao da licitante vencedora.

### **CAPÍTULO XIV – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1** - As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas na IN TJTO n.º 06/2021 (Anexo IV do Edital), sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a

licitante praticar as condutas previstas em lei ou na citada Instrução Normativa.

**14.2** – A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual no prazo estabelecido nos itens 15.1 e 25.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

**14.3** – Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 14.2.

**14.4** – Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições da Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**14.4.1** - Em conjunto com as sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente poderá determinar a rescisão unilateral do ajuste.

**14.5** – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor à multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

**14.5.1** - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

**14.5.2** - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

**14.5.3** - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo);

**14.5.4** – Findo o prazo do subitem 15.1 será aplicada, de forma cumulada, multa punitiva nos limites fixados no item 14.5 e observados os critérios de dosimetria previstos na Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023 (Anexo IV do Edital).

**14.6** – Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 14.4 a 14.5 deste edital, a nota de empenho e a própria Ata de Registro de Preços poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

**14.7** – A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor ou, em último caso, cobrada judicialmente.

**14.8** – Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

**14.9** – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**15.1** – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

**15.1.1** - O prazo de convocação de que trata o item 15.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**15.1.2** – A assinatura da Ata de Registro de Preços será de forma eletrônica, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo, devendo o licitante efetivar sua assinatura por meio de seu representante legal, com poderes para tal, no prazo previsto no item 15.1.

**15.1.3** - A Ata de Registro de Preços vincula-se aos termos deste edital e da proposta vencedora.

**15.2** – A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes que aceitarem cotar o objeto com preços iguais aos da licitante vencedora nos termos do item 15.3, será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

**15.2.1** – O registro das demais licitantes a que se refere o item 15.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

**15.2.2** – Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 15.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**15.3** – No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

**15.4** – A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

**15.5** – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

## CAPÍTULO XVI – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**16.1** – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

**16.2** - Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

## **CAPÍTULO XVII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO**

**17.1** – Não se aplica. O Tribunal de Justiça será o único contratante.

## **CAPÍTULO XVIII – DO ACIONAMENTO DA ATA E DO CADASTRO DE RESERVA:**

**18.1.** As aquisições decorrentes da Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.

**18.2.** Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.

**18.3.** A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:

**18.3.1.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas na Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

**18.4. No acionamento da Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.**

**18.4.1** – A Unidade Demandante do TJ/TO será responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a comprovação motivada da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, podendo esta ser realizada com o auxílio da Central de Compras.

**18.5.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**18.6.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**18.6.1.** Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**18.6.2.** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**18.7.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**18.8** – Quando ocorrida a hipótese prevista no item 18.5, o TJ/TO, observada a ordem de classificação do certame, poderá convocar os fornecedores constantes do cadastro de reserva da Ata de Registro de Preços.

**18.9** – O registro do cadastro de reserva será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

**18.9.1** – O registro das demais licitantes a que se refere o item 18.5 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata.

**18.10** - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no presente edital, nos termos do art. 82, *caput*, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21.

## **CAPÍTULO XIX – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**19.1.** Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

**19.2.** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 19.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.



**19.3.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**19.3.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**19.3.2.** Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 20.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**19.3.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**19.3.4.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**19.4.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**19.4.1.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**19.4.2.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.5.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 20, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**19.6.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 19.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**19.7.** O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19.8.** A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal n.º 11.462/2023.

**19.9.** Os preços das contratações decorrentes da Ata poderão ser reajustados após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do Índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

## **CAPÍTULO XX – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR**

**20.1.** O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

### **20.1.1.** A pedido, quando:

- a) Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

### **20.1.2.** Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

### **20.1.3.** Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

### **20.1.4.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

**20.2.** Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 20.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

**20.3.** A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

**20.4.** Se não obtiver êxito nas negociações previstas no item 19, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

## **CAPÍTULO XXI - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**21.1** – São obrigações do fornecedor, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

**21.1.1** - Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da execução das contratações dela decorrentes as condições de habilitação e de qualificação;

**21.1.2** - Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

**21.1.3** - Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

**21.1.4** - Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

**21.1.5** - Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao TJ/TO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

**21.1.6** - Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros;

**21.1.7** - Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do TJ/TO.

**21.1.8** - Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, mantendo atualizados os dados de contato da empresa

durante toda a vigência contratual.

**21.1.9** - Cumprir integralmente as condições do edital, observando, especialmente, os requisitos técnicos e padrões estabelecidos nos ANEXOS I a III do Termo de Referência.

**21.1.10** - Observar os procedimentos e prazos definidos no Tópico 6, incluindo, quando aplicável: (i) submissão de layout/arte para autorização; (ii) apresentação e aprovação do protótipo/modelo; (iii) fornecimento sob demanda; e (iv) entrega no local e horário estabelecidos.

**21.1.11** - Garantir que os itens fornecidos estejam em conformidade com o protótipo/modelo aprovado e com os ANEXOS I a III, mantendo padrão uniforme de qualidade e acabamento, sem variações indevidas entre lotes.

**21.1.12** - Substituir, sem ônus para a Contratante e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, quaisquer itens que apresentem defeito, dano, vício de fabricação ou inconformidade com o protótipo/modelo aprovado ou com os ANEXOS.

**21.1.13** - Manter rastreabilidade mínima das solicitações e entregas (ex.: número da solicitação, data, quantitativo e data de entrega), assegurando meios de auditoria e verificação pela Contratante.

**21.1.14** - Tratar como confidenciais as informações e dados utilizados para personalização do conjunto, utilizando-os exclusivamente para execução contratual, vedado o compartilhamento com terceiros, observada a legislação aplicável de proteção de dados, quando pertinente.

**21.1.15** - Observar as regras de subcontratação previstas no edital/TR, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto.

**21.1.16** - Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização pelo CONTRATANTE.

## **CAPÍTULO XXII – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**22.1** – A despesa com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Classificação Orçamentária com valor de referencia **R\$ 74.546,10 (setenta e quatro mil quinhentos e quarenta e seis reais e dez centavos)** e será consignado:

**Unidade Gestora:** 060100

**Classificação Orçamentária - PI:** 0601.02.061.1169.4510

**Natureza de Despesa:** 33.90.30

**Fonte de Recursos:** 1.760

## **CAPÍTULO XXIII – DA FORMA DE PAGAMENTO**

**23.1** – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após o protocolo de recebimento da nota fiscal, sendo que, recaiando sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

**23.1.1** - O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pelo fornecedor, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual não tenha concorrido.

**23.1.2** - O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente do fornecedor.

**23.2** – Caberá ao fornecedor apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades previstas no Capítulo XIV deste edital.

**23.3** - Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo o fornecedor isento ou beneficiário de redução de alíquota de qualquer tributo ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

**23.3.1** - Nos casos de prestação de serviço/fornecimento de bem que envolvam outras empresas, a Contratada, ao apresentar a nota fiscal para pagamento, deverá apresentar também relatório analítico dos valores devidos a cada empresa envolvida na execução do objeto, uma vez que a retenção aplicável incidirá diretamente sobre o pagamento a ser realizado pelo Contratante.

**23.3.1.2** - O relatório previsto no subitem anterior deverá indicar, dentre outras informações, o CNPJ de cada empresa envolvida na execução do objeto.

**23.4** – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TJ/TO.

**23.5** - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

**23.6** - O TJ/TO reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados do fornecedor ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste instrumento convocatório e na proposta, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

**23.7** – Ocorrendo atraso de pagamento e, desde que o fornecedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TJ/TO, entre o término do prazo referido no item 23.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$   $I = 6 / 100 / 365$   $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

**23.8** - As demais disposições estão contidas no item 10 do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

## **CAPÍTULO XXIV – DA ASSINATURA DO CONTRATO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**24.1** – O fornecedor será convocado para assinar o contrato, dentro do prazo **de 5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

**24.1.1** - O prazo de convocação de que trata o item 24.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, desde que por motivo justificado, arrazoado por parte do fornecedor e a solicitação tenha ocorrido tempestivamente dentro do prazo de assinatura.

**24.1.2** – A assinatura do contrato será realizada por meio eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como usuário externo.

**24.2** – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

**24.3** – Conforme a Resolução nº 07/2005 do CNJ, é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

**24.4** - O contrato terá sua vigência conforme estabelecido no item 4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

**24.5** - As disposições acerca da gestão e fiscalização contratual estão dispostas no item 5 do Termo de referência (ANEXO I) do edital.

**24.6** - Caberá aos gestores designados pelo Presidente do TJ/TO promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

**24.7** – O fornecedor deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

**24.8** - O contrato implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, V, da Lei nº 14.133/2021.

## **CAPÍTULO XXV - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS**

**25.1** – O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo TJ/TO é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

**25.2** – Os itens deverão ser entregues no Serviço de Registros Funcionais de Magistrados da Diretoria de Gestão de Pessoas (SEMAG), localizada no Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, situado no Edifício Amaro Empresarial Anexo I - 6º Andar, situado na Quadra 103 Norte, Rua NO 11 com Av. NS 01 Lote 02 Plano Diretor Norte, em dias úteis, das 12:00 às 18:00 horas.

**25.3** – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 73 da Instrução Normativa TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

**25.3.1** – Para os fins previstos neste item, a contratada deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação e comprovação dos fatos alegados, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

**25.4** – As demais disposições do item 6 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

## **CAPÍTULO XXVI - DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**26.1** – A contratada deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo TJ/TO, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

**26.2** – Caberá ao fornecedor o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

**26.3** – As demais disposições estabelecidas no item 8 do Anexo I do Edital (Termo de Referência).

## **CAPÍTULO XXVII - DA EXTINÇÃO**

**27.1** – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão do Contrato poderá ensejar a extinção do ajuste pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021,

**27.2** – A extinção do ajuste poderá ser:

**I** - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;

**II** – consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

**III** – por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

**27.3** – No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**27.4** – Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

**27.4.1** - Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**27.5** - Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

**I** - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.

## **CAPÍTULO XXIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**



**28.1** – Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos acerca do ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

**28.2** – Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimentos.

**28.2.1** – A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**28.3** – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**28.4** – Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **cpl@tjto.jus.br**.

**28.4.1** – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

**28.5** – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e no campo de licitações do Portal da Transparência do TJ/TO.

## **CAPÍTULO XXIX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**29.1** – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

**29.2** – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preço;

Anexo III – Minuta do Contrato;

Anexo IV – Instrução Normativa TJTO nº 6, de 31 de janeiro de 2023;

## Anexo V – Estudo Técnico Preliminar

**29.3** – Os atos normativos do TJ/TO referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico: <http://www.tjto.jus.br/index.php/institucional/legislacao/interna>.

**29.4** – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

**29.5** – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**29.6** – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**29.7** – A aplicação dos normativos expedidos pelo Órgão Central do Sistema de Serviços Gerais (SISG) limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do TJ/TO no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

**28.8** – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

**29.9** – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

Palmas/TO, 10 de junho de 2026.

**Marcos Vinícius de Souza Moreira**

**Pregoeiro**

## ANEXO I

### Termo de Referência nº 595 / 2026 PRESIDÊNCIA/DIGER/DIGEP/AJDIGEP

Data	Versão	Descrição	Autor
27/01/2026	1.0	Versão inicial.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Assistente de Gabinete da Presidência.
03/06/2026	2.0	Inclusão do valor unitário e valor total conforme Mapa de Preços inserido no evento 7171000.	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Assistente de Gabinete da Presidência. Herick Vicktor Lima Rodrigues, matrícula: 371809, Técnico Judiciário.
08/06/2026	3.0	Adequação técnica, conforme apontamentos constantes na Anotação 7180363	Roosevelt Tavares Marinho, matrícula: 366401, Assistente de Gabinete da Presidência.

## 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

### 1.1. Definição do Objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção, personalização e fornecimento, sob demanda, do Conjunto de Identificação de Magistrados, ativos e inativos, em conformidade com o padrão nacional estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de Carteira física de Identidade de Magistrado, ativos e inativos, do Poder Judiciário Tocantinense, em conformidade com o padrão nacional instituído pela Resolução CNJ nº 632/2025 e regulamentado pela Portaria CNJ nº 295/2025.	226 un	398875	R\$ 99,85	R\$ 22.566,10

2	KIT – Fornecimento de Distintivo de Magistrado e Porta-documentos em couro (duas abas), na cor preta, com personalização interna em hot stamping na cor dourada, Conforme descrito no <b>ANEXO III</b> deste Termo de Referência.	226 kits	12874	R\$ 230,00	R\$ 51.980,00
As especificações técnicas dos objetos encontram-se detalhadas nos <b>Anexos I, II, e III deste Termo de Referência.</b>					

1.1.2. A demanda é considerada “comum” pois enquadra-se nos termos da definição do inciso I, do §1º da Art. 10º da IN TJTO nº 04/2023: “I - bem de consumo comum: item de consumo cujo padrão de desempenho e qualidade possa ser objetivamente definido pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, apresentando características satisfatórias para atender aos objetivos determinados pelo Tribunal.

1.1.3. Apresentamos o código CATSER que mais se aproxima da definição do item pretendido, prevalecendo sempre a descrição apresentada acima.

1.1.4. Embora a Resolução CNJ nº 632/2025 estabeleça a obrigatoriedade apenas da carteira física, para a presente contratação o TJTO optou por contratar os componentes físicos do conjunto de identificação (carteira física, distintivo e porta-documentos), para assegurar padronização integral, uniformidade visual e atendimento institucional completo aos magistrados, ativos e inativos.

Parágrafo único. A Carteira de Identidade de Magistrado Digital não integra o objeto desta contratação.

1.1.5. A quantidade contratada é por estimativa, de modo que as carteiras serão produzidas de acordo com a necessidade do Tribunal, mediante nota de empenho.

1.1.6. Para estimativa do quantitativo a ser contratado, foi considerado o número de magistrados e desembargadores existentes neste Poder Judiciário. Levando em conta que a emissão da carteira se dá sob demanda, sendo necessária para novos admitidos, ou mesmo reemissão para os casos de extravio, alteração de nome (caso de casamento, por exemplo) e outros, o quantitativo foi acrescido de 100% para contemplar essas situações.

1.1.7. Nesse sentido, cabe ressaltar que a Lei Complementar nº 153/2024 do Tocantins criou mais 8 (oito) cargos de desembargador; 6 (seis) cargos de juiz de direito da Capital; ampliou de 7 (sete) para 15 (quinze) o número de vagas de juízes substitutos; além de reestruturar as comarcas para entrância inicial, intermediária e final.

## 1.2. Caracterização do objeto

1.2.1. O Conjunto de Identificação de Magistrados é composto, em sua padronização nacional, por carteira física, distintivo e porta-documentos.

1.2.2. As especificações técnicas e elementos de segurança aplicáveis aos itens contratados constam dos ANEXOS I, II e III, que integram este TR

para todos os fins.

### 1.3. Da Justificativa e Previsão no Plano de Contratações Anual

1.3.1. O TJTO precisa assegurar que seus magistrados e desembargadores possuam um conjunto de identificação funcional padronizado, moderno e seguro, reconhecido como documento oficial em todo o território nacional. Esse conjunto não serve apenas para “apresentação institucional”; ele é um instrumento de identificação no exercício da função e, na forma das normas do CNJ, também possui validade como prova de identidade civil.

1.3.2. Após a tentativa anterior de contratação, o CNJ editou a Resolução nº 632/2025, reconhecendo que havia grande diversidade de modelos de identificação, com dificuldade de reconhecimento por outras autoridades e necessidade de elevar o padrão de segurança. Assim, a Resolução instituiu, em âmbito nacional, um conjunto de identificação padrão para magistrados/conselheiros. Na sequência, foi publicada a Portaria Presidência CNJ nº 295/2025, que institui o novo modelo da Carteira de Identificação Funcional e estabelece critérios para expedição, controle e uso em todo o território nacional, revogando o modelo anterior.

1.3.3. Para fins deste Termo de Referência, considera-se conjunto de identificação o conjunto de itens físicos descritos no item 1.1.1 (carteira física e kit composto por distintivo e porta-documentos), produzidos em conformidade com o padrão nacional instituído pelo CNJ e detalhados nos Anexos I, II e III.

1.3.4. Ainda que a obrigatoriedade nacional recaia sobre a carteira física, nesta contratação o TJTO optou por incluir, além da carteira física, o distintivo e o porta-documentos, visando à padronização integral do conjunto físico, à uniformidade institucional e à completude da identificação funcional.

1.3.5. A confecção do conjunto envolve padrões técnicos e elementos de segurança que exigem cadeia produtiva e controle especializado (insumos específicos, processos de impressão e gravação com requisitos de segurança, conferência e padronização). Nesse contexto, a contratação de empresa especializada é a solução mais adequada porque: i) evita que o Tribunal tenha de estruturar internamente processo produtivo que não integra sua atividade finalística; ii) reduz necessidade de investimentos em equipamentos e insumos específicos; e iii) favorece a entrega de produto final padronizado e com segurança compatível com o modelo nacional.

1.3.6. Os normativos do CNJ preveem prazos para que os tribunais adequem seus procedimentos e implementem o novo padrão, razão pela qual é necessário iniciar e estruturar o processo de contratação com antecedência e planejamento.

1.3.7. Houve tentativa anterior de contratação (24.0.000012897-6), porém o procedimento licitatório não teve êxito (fracassado), o que exige nova instrução e replanejamento, agora adequado aos normativos supervenientes do CNJ.

1.3.8. Ressalta-se que não se trata de um produto estocável, razão pela qual, não há saldo em estoque do material a ser contratado.

1.3.9. A contratação em questão está prevista no **item 308** do Plano de Contratações Anual do TJTO para o exercício de 2026, conforme registrado

no Processo SEI nº 25.0.000008786-9, no evento 6928129.

## 2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

### 2.1. Do Tipo de Contratação

2.1.1. O tipo de contratação a ser adotada será a Licitação Pública, conforme as regras estabelecidas na Lei de Licitações 14.133/2021.

### 2.2. Da Modalidade de Licitação

2.2.1. A modalidade de licitação adotada será o **Pregão, na forma eletrônica**, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente, conforme o inc. XLI do art. 6º da Lei 14.133/2021 c/c §1º, do art. 24, da IN TJTO nº 4/2023.

2.2.2. A escolha pelo formato **eletrônico** amplia a competitividade, facilita a participação de fornecedores de diferentes localidades e tende a resultar em proposta mais vantajosa para a Administração, sem comprometer a segurança e a padronização exigidas.

### 2.3. Da Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. A utilização do SRP é recomendável porque, embora o objeto seja padronizado, a demanda de emissão e reposição do conjunto de identificação pode variar ao longo do tempo (novas nomeações, substituições por perda/dano, atualizações e necessidades pontuais). Assim, o SRP permite: i) contratações futuras de forma parcelada, conforme a necessidade real, evitando superdimensionamento; ii) maior flexibilidade para atender demandas distribuídas no tempo; e iii) melhor planejamento e redução de risco de falta de itens, sem necessidade de instaurar novo processo licitatório a cada necessidade.

2.3.2. Ressalta-se que o registro de preços não implica obrigação de contratação imediata pela Administração, e o acionamento ocorrerá por item, conforme necessidade e conveniência administrativa.

### 2.4. Indicação Justificada do Critério de Julgamento da Contratação

2.4.1. Para esta contratação, adota-se o critério de julgamento do **MENOR PREÇO** por item, por se tratar de objeto padronizado nacionalmente, com requisitos técnicos e de segurança previamente definidos, o que permite comparação objetiva entre as propostas.

2.4.2. Em termos práticos, a proposta vencedora será aquela que apresentar o menor preço, desde que comprove o atendimento integral às especificações do conjunto de identificação (incluindo os Anexos Técnicos), às exigências de qualificação e às demais condições do Termo de Referência, sem prejuízo da verificação de conformidade do protótipo/modelo.

### 2.5. Indicação Justificada do Critério de Adjudicação da Contratação

2.5.1. A adjudicação será realizada **POR ITEM**, tendo em vista que o objeto é divisível e a regra, nas contratações públicas, é privilegiar a adjudicação por item para ampliar a competitividade e assegurar melhor vantagem.

2.5.2. Não se adota adjudicação por grupo ou global, pois tal formato não se mostra necessário para garantir a execução do objeto e pode reduzir a competitividade, sem ganho técnico ou econômico proporcional para a Administração.

## **2.6. Da Dispensa do Procedimento Público de IRP**

2.6.1. Fica dispensada a realização do procedimento público de Intenção de Registro de Preços – IRP, com fundamento no art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37, §2º, da Instrução Normativa TJTO nº 4/2023, tendo em vista que, para a presente demanda, o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins figurará como único contratante, sendo o objeto destinado ao atendimento de necessidade institucional específica deste Poder Judiciário.

## **2.7. Da Impossibilidade de Participação de Consórcios de Empresas**

2.7.1. Não será permitida a participação de empresas em consórcio.

2.7.2. A vedação é justificada porque o objeto envolve itens de identificação funcional, com requisitos de padronização, segurança, controle de produção e confidencialidade (inclusive pelo tratamento de dados e informações para personalização), demandando responsabilidade centralizada, padronização de processos e rastreabilidade. A participação em consórcio tende a aumentar a complexidade de gestão e fiscalização, com risco de pulverização de responsabilidades e de inconsistências na execução.

## **2.8. Da Previsão de Subcontratação Parcial do Objeto**

2.8.1. Não será permitida subcontratação da produção, personalização, controle de qualidade ou de quaisquer atividades que impliquem acesso a dados/insumos sensíveis do conjunto. Admite-se, excepcionalmente, a subcontratação de serviços acessórios de logística/transporte, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela entrega, integridade e prazos.

## **2.9. Aplicação da Lei Complementar Federal nº 123/2006**

2.9.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, no que couber.

## **2.10. Direito de preferência**

2.10.1. Não se aplica.

## **3. REQUISITOS DO FORNECEDOR**

### **3.1. Da Capacidade Técnica**

3.1.1. Nos termos do artigo 6º, inciso II, do anexo III da in 4/2023, o licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que já forneceu bens similares/compatíveis com o objeto, em características, complexidade e finalidade, demonstrando aptidão para atender às especificações e padrões de qualidade e segurança exigidos neste TR.

3.1.2. O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado será assinado pelo representante legal da empresa emitente, o qual se responsabilizará na forma da lei.

3.1.3. O atestado de capacidade técnica deverá constar, no mínimo, os seguintes dados do emitente: razão social e dados para contato; e do favorecido: razão social, número do CNPJ, objeto do contrato e dados para contato.

3.1.4. É admitida a somatória de atestado de capacidade técnica, sempre que inexistir motivo justificado ou legal para exigência de atestado único, independente da época de expedição ou localidade.

3.1.5. O setor demandante não vislumbra necessidade da exigência de qualificação econômico-financeira, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens, com pagamento condicionado ao recebimento e conformidade, e com riscos mitigados por protótipo prévio, critérios de recebimento e sanções.

3.1.6. Não será exigida apresentação de amostra para fins de julgamento das propostas. A validação física do conjunto de identificação ocorrerá por **protótipo/modelo**, após a definição do vencedor, como etapa de verificação de conformidade e de autorização para início da confecção/fornecimento, nos termos do item "Protótipo/Modelo e Aprovação Prévia" deste Termo de Referência.

#### **4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO**

4.1. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para a assinatura da ata de registro de preços (ARP), após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme art. 34 da in 4/2023.

4.1.1. O contrato decorrente do acionamento da Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura pela Contratada, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa prévia, sem prejuízo do prazo de garantia.

4.1.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

4.1.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.4. Não se aplica a justificativa para o prazo de vigência, nos termos do art. 7º, inciso IV, do Anexo III, da IN nº 4/2023 do TJTO

#### **5. MODELO DE GESTÃO**



5.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a execução contratual será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s), com registro das ocorrências e determinação das providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos, sem prejuízo das competências de gestão do contrato.

5.1.2. Segue abaixo indicação de servidores para desempenho das funções de gestor e fiscal, e seus respectivos substitutos, para acompanharem a execução do contrato:

FUNÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA
Gestora do Contrato	Sayomara Morais Cavalcante de Almeida Campos	353427
Gestor do Contrato Substituto	Seny Almeida de Arruda	352955
Fiscal do Contrato	Thallison Emanuel Freitas Medeiros	368561

5.1.3. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade na entrega dos materiais.

5.1.4. O atesto será realizado pelo fiscal, desde que o objeto esteja em conformidade com as exigências e que não haja impeditivo imputável à Contratada.

5.1.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor.

5.1.6. Para estabelecer a comunicação entre a Contratante e a Contratada, é necessário que todas as requisições, solicitações e envios de documentos entre as partes, sejam oficializados através do e-mail: [semag@tjto.jus.br](mailto:semag@tjto.jus.br)

## 6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO

### 6.1. Apresentação da Arte/Layout (quando aplicável)

6.1.1. A Contratada deverá encaminhar à Contratante, quando aplicável, o layout/arte final para conferência e autorização formal, observando integralmente os modelos e requisitos técnicos previstos nos ANEXOS I a III.

6.1.2. O layout/arte deverá manter padrão único e padronizado, admitindo-se apenas variações nos campos variáveis necessários à identificação

(ex.: nome, cargo e situação funcional), conforme previsto nos ANEXOS.

6.1.3. A produção em escala somente poderá ocorrer após a autorização formal da Contratante.

## **6.2. Protótipo/Modelo e Aprovação Prévia do Conjunto**

6.2.1. Após a definição do licitante vencedor e antes do início da confecção em escala/fornecimento, o contratado deverá apresentar protótipo/modelo completo dos itens contratados, para conferência de conformidade com este Termo de Referência e, especialmente, com os ANEXOS I a III.

6.2.2. A unidade demandante realizará a avaliação do protótipo/modelo e poderá:

I – aprovar;

II – aprovar com ajustes; ou

III – reprovar, mediante justificativa técnica.

6.2.3. Caso haja reprovação ou aprovação com ajustes, o contratado deverá promover as correções indicadas e apresentar novo protótipo/modelo em até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação.

6.2.4. Persistindo a desconformidade após a reapresentação, a Contratante poderá reconhecer o descumprimento das obrigações assumidas, aplicar as sanções cabíveis e adotar as providências administrativas pertinentes, inclusive a convocação de licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando aplicável.

6.2.5. A Contratante somente dará início ao fornecimento/autorizará a produção em escala após a aprovação formal do protótipo/modelo.

## **6.3. Regime de Fornecimento e Prazo de Entrega (sob demanda)**

6.3.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, conforme necessidades da Contratante, mediante emissão de nota de empenho.

6.3.2. O prazo para entrega de cada solicitação será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

6.3.3. Na hipótese de a aprovação do protótipo/modelo ainda não ter ocorrido, o prazo de entrega de que trata o item 6.3.2 passará a contar após a aprovação formal do protótipo/modelo pela Contratante.

## **6.4. Condições e Local de Entrega e Recebimento**

6.4.1. Os itens deverão ser entregues devidamente acondicionados, de forma a evitar danos, deformações ou qualquer comprometimento da integridade física e visual do conjunto.

6.4.2. Os itens deverão ser entregues no Serviço de Registros Funcionais de Magistrados da Diretoria de Gestão de Pessoas (SEMAG), localizada no Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, situado no Edifício Amaro Empresarial Anexo I - 6º Andar, situado na Quadra 103 Norte, Rua NO 11 com Av. NS 01 Lote 02 Plano Diretor Norte, em dias úteis, das 12:00 às 18:00 horas.

6.4.3. Caso haja solicitação por parte do Contratante ou da empresa Contratada para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE**

### **7.1. Da Contratada**

7.1.1. Cumprir integralmente as condições do edital, deste Termo de Referência e de seus anexos, observando, especialmente, os requisitos técnicos e padrões estabelecidos nos ANEXOS I a III.

7.1.2. Observar os procedimentos e prazos definidos no Tópico 6, incluindo, quando aplicável: (i) submissão de layout/arte para autorização; (ii) apresentação e aprovação do protótipo/modelo; (iii) fornecimento sob demanda; e (iv) entrega no local e horário estabelecidos.

7.1.3. Garantir que os itens fornecidos estejam em conformidade com o protótipo/modelo aprovado e com os ANEXOS I a III, mantendo padrão uniforme de qualidade e acabamento, sem variações indevidas entre lotes.

7.1.4. Substituir, sem ônus para a Contratante e dentro dos prazos estabelecidos neste TR, quaisquer itens que apresentem defeito, dano, vício de fabricação ou inconformidade com o protótipo/modelo aprovado ou com os ANEXOS.

7.1.5. Manter rastreabilidade mínima das solicitações e entregas (ex.: número da solicitação, data, quantitativo e data de entrega), assegurando meios de auditoria e verificação pela Contratante.

7.1.6. Tratar como confidenciais as informações e dados utilizados para personalização do conjunto, utilizando-os exclusivamente para execução contratual, vedado o compartilhamento com terceiros, observada a legislação aplicável de proteção de dados, quando pertinente.

7.1.7. Observar as regras de subcontratação previstas no edital/TR, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto.

7.1.8. Indicar preposto/canal oficial de atendimento para comunicação com a Contratante, mantendo disponibilidade para receber solicitações formais, tratar ajustes e acompanhar prazos.

7.1.9. Manter, durante toda a vigência da ata/contrato e enquanto houver fornecimentos decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, comunicando imediatamente qualquer fato que possa comprometer a execução.

7.1.10. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização pelo CONTRATANTE.

## **7.2. Do Contratante**

7.2.1. Emitir as solicitações de fornecimento de forma formal e rastreável (nota de empenho), indicando as informações necessárias à execução, conforme os ANEXOS.

7.2.2. Disponibilizar à Contratada, em tempo hábil, os dados e informações indispensáveis à confecção/personalização do conjunto, zelando pela correção e atualização das informações encaminhadas.

7.2.3. Realizar a análise do layout/arte e do protótipo/modelo, formalizando aprovação, aprovação com ajustes ou reprovação, nos termos do Tópico 6.

7.2.4. Designar servidor(es) responsável(is) pela fiscalização e acompanhamento da execução, registrando ocorrências e adotando as providências administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

7.2.5. Comunicar formalmente à Contratadas quaisquer inconformidades, defeitos, divergências de especificação, atrasos ou outras ocorrências verificadas na execução, fixando, quando cabível, prazos para correção e registrando as ocorrências relevantes.

7.2.6. Efetuar o pagamento devido pelos fornecimentos realizados e aceitos, conforme as condições previstas no edital/ata/contrato e mediante a apresentação da documentação fiscal pertinente.

7.2.7. Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento, podendo aplicar sanções, rescindir o ajuste ou convocar remanescentes, quando aplicável, mediante processo administrativo, na forma da legislação vigente.

## **8. REGIME DE EXECUÇÃO**

### **8.1. Mecanismos de comunicação**

8.1.1. A comunicação formal entre Contratante e Contratada ocorrerá, preferencialmente, por meio de expediente oficial (SEI e/ou e-mail institucional indicado no TR/edital), garantindo rastreabilidade, registro das solicitações e controle dos prazos.

8.1.2. A Contratada deverá manter canal oficial de atendimento e preposto para interlocução com a Contratante, apto a receber solicitações formais, notificações de ajustes, comunicações de desconformidade e demais tratativas relativas ao fornecimento.

### **8.2. Descrição da entrega do produto ou a execução dos serviços**

8.2.1. O objeto será executado sob o regime de fornecimento parcelado, sob demanda, mediante solicitação formal da Contratante, conforme item 6.3, observando-se integralmente as especificações dos ANEXOS I a III.

8.2.2. A execução deverá observar, quando aplicável, o fluxo: (i) autorização de arte/layout; (ii) apresentação e aprovação de protótipo/modelo; (iii) fornecimento sob demanda; (iv) entrega; (v) recebimento e aceite, nos termos do Tópico 6.

### **8.3. Prazos de entrega ou de execução do objeto**

8.3.1. Os prazos aplicáveis ao fornecimento, incluindo marco inicial de contagem e regras de condicionamento à aprovação de protótipo/modelo, observarão o disposto no item 6.3 deste TR.

8.3.2. Eventuais prazos de ajuste e reapresentação de protótipo/modelo observarão o item 6.2 deste TR.

### **8.4. Local e horário para a entrega dos produtos ou para a execução do objeto**

8.4.1. O local e horário de entrega observarão o disposto no item 6.4 deste TR.

### **8.5. Forma de execução do objeto**

8.5.1. A execução dar-se-á por fornecimento sob demanda, com entrega dos itens contratados em conformidade com este TR e, especialmente, com os ANEXOS I a III, mantendo-se a qualidade, o padrão e a uniformidade entre lotes.

8.5.2. A produção/fornecimento em escala somente poderá ocorrer após a aprovação formal do protótipo/modelo, quando aplicável, conforme item 6.2 deste TR.

8.5.3. A Contratada deverá assegurar confidencialidade e uso restrito das informações necessárias à personalização, exclusivamente para fins de execução contratual.

### **8.6. Cronograma de realização dos serviços**

8.6.1. O cronograma de execução observará a dinâmica do fornecimento sob demanda, vinculada às solicitações formais da Contratante, bem como os prazos e etapas previstos no Tópico 6 (arte/layout, protótipo/modelo, fornecimento, entrega e aceite).

### **8.7. Previsão dos recursos necessários para execução do contrato**

8.7.1. A Contratada deverá dispor de recursos materiais, instalações, equipamentos e equipe técnica suficientes para: (i) produção/personalização; (ii) controle de qualidade; (iii) acondicionamento e logística de entrega; e (iv) atendimento aos requisitos de segurança e especificações constantes dos ANEXOS I a III.

## **8.8. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas**

8.8.1. A Contratada deverá adotar rotinas de conferência e controle de qualidade que assegurem conformidade com os ANEXOS I a III, incluindo verificação de: (i) integridade física e acabamento; (ii) campos variáveis e legibilidade; (iii) conformidade dos elementos de segurança; e (iv) compatibilidade dimensional entre itens (quando aplicável).

8.8.2. A Contratante poderá solicitar evidências de controle de qualidade e conformidade, quando necessário, para fins de fiscalização e aceite.

## **8.9. Deveres e disciplina exigidos da contratada e de seus empregados, durante a execução do objeto**

8.9.1. A Contratada deverá assegurar que seus empregados/prepostos observem conduta compatível com o ambiente institucional, respeitem regras de acesso e segurança do TJTO e mantenham sigilo sobre informações tratadas na execução.

8.9.2. É vedado o uso, reprodução, armazenamento indevido ou compartilhamento de dados e informações recebidas da Contratante fora do estritamente necessário à execução.

## **8.10. Prazos e condições para recebimento provisório e definitivo do objeto**

8.10.1. O Fiscal do Contrato emitirá o termo de recebimento provisório no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento dos materiais contratados, para conferência inicial de quantitativos, integridade do acondicionamento e verificação preliminar.

8.10.2. O recebimento definitivo será realizado pelo Gestor do Contrato após conferência técnica de conformidade com este TR, com o protótipo/modelo aprovado, quando aplicável, e com os ANEXOS I a III, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da emissão do termo de recebimento provisório.

8.10.3. Constatadas desconformidades, a Contratante poderá recusar o recebimento definitivo, notificando formalmente a Contratada para substituição/refazimento, nos termos dos itens 8.11 e 8.13.

## **8.11. Condições e prazos para substituição ou refazimento durante a fiscalização**

8.11.1. Identificada desconformidade, defeito ou divergência técnica durante fiscalização ou conferência para aceite, a Contratada deverá substituir/refazer o item, sem ônus para a Contratante.

8.11.2. O prazo para substituição/refazimento será de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, salvo prazo diverso fixado pela Contratante, de forma motivada, conforme necessidade e viabilidade.

## **8.12. Prazo de garantia ou de validade**

8.12.1. A Contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação,

vícios de material, falhas de acabamento, perda de funcionalidade e desconformidade superveniente relacionada às especificações dos ANEXOS I a III, ou por prazo superior ofertado na proposta, se mais vantajoso.

### **8.13. Condições e prazos para substituição ou refazimento durante a garantia**

8.13.1. Durante o prazo de garantia, constatado defeito, vício ou falha atribuível à fabricação/material/acabamento, a Contratada deverá substituir/refazer o item sem custo para a Contratante.

8.13.2. O prazo para substituição/refazimento em garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação formal, salvo ajuste formal diverso, quando tecnicamente justificado.

## **9. DAS PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto no contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a empresa contratada der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a empresa contratada:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 8.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a empresa contratada:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 8.1.1.; 8.1.2.; ou 8.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II - determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do



contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo;

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação necessária para a formalização do contrato ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 8.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 8.1.13 e sem prejuízo das demais sanções;

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 8.1.5 e 8.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 8.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total;

9.1.12 A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato;

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 8.1.13 deste Termo de Referência;

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.1.18. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

## **10. FORMA DE PAGAMENTO**

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os materiais que forem efetivamente fornecidos.

10.5. O atesto do fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

10.6. Na ausência do fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em

desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 9.1.10. e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365$   $I = 6 / 100 / 365$   $I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados a partir da data do orçamento estimado, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

11.1.1. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.1.2. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

11.1.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.1.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 10.1.3. for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.1.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor do contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.1.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

## **12. GARANTIA CONTRATUAL**

12.1. A garantia contratual é faculdade da Administração e poderá ser exigida quando, justificadamente, se mostrar necessária para mitigar riscos relevantes da contratação.

12.2. Para o presente objeto, a Contratante OPTA POR NÃO EXIGIR garantia contratual, considerando:

I – a natureza do objeto (fornecimento de bens com especificações técnicas objetivas e padronizadas);

II – a existência de mecanismos de controle da conformidade, notadamente a exigência de protótipo/modelo para aprovação prévia;

III – a possibilidade de aplicação de sanções e demais medidas administrativas em caso de inadimplemento; e

IV – o recebimento do objeto condicionado à conformidade com as especificações e à aprovação prévia do protótipo/modelo;

12.3. A dispensa de garantia contratual não afasta as demais responsabilidades da Contratada, inclusive quanto à qualidade do fornecimento, aos prazos de garantia do produto/serviço e ao dever de substituir/refazer itens em desconformidade, nos termos deste Termo de Referência.

## **13. DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE**

13.1. Na execução do objeto, a Contratada deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com o fornecimento, em alinhamento às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis ao Poder Judiciário e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJTO, sem prejuízo do atendimento integral aos requisitos técnicos e de segurança do conjunto de identificação.

13.1.1. A Contratada deverá priorizar o uso de embalagens e acondicionamento que reduzam a geração de resíduos, preferencialmente com materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, garantindo, ainda assim, a proteção do conjunto contra danos, deformações e comprometimento da integridade física e visual durante o transporte e a entrega.

13.1.2. Logística e documentação: sempre que possível, comunicações, aprovações e trocas de arquivos (ex.: layout/arte) deverão ocorrer por meios digitais, reduzindo impressões e deslocamentos, sem prejuízo da rastreabilidade e do registro formal no processo.

13.1.3. Gestão de resíduos: eventuais resíduos gerados pela Contratada na produção/embalagem do objeto devem receber destinação ambientalmente adequada, observadas as boas práticas do setor e a legislação aplicável, quando pertinente.

## **ANEXO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL**

## 1. REQUISITOS DE SEGURANÇA:

- 1.1. Chip de proximidade com tecnologia MIFARE RF Interface;
- 1.2. Dimensões: 85,6 mm de largura, 54 mm de altura e 0,82 mm de espessura;
- 1.3. Impressão: frente e verso;
- 1.4. Fundo em tons da identidade visual do Tribunal;
- 1.5. Legendas em contraste adequado para legibilidade;
- 1.6. Impressões com tecnologia de segurança;
- 1.7. Impressão de imagem em relevo tátil no verso;
- 1.8. Impressão de imagem reativa à luz ultravioleta no verso;
- 1.9. Código QR com dados criptografados para verificação de autenticidade.

## 2. DADOS DA PARTE FRONTAL:

- 2.1. Brasão da República;
- 2.2. Identificação "PODER JUDICIÁRIO";
- 2.3. Logo do Tribunal;
- 2.4. Cargo e instância;
- 2.5. Nome completo;
- 2.6. Número de matrícula funcional;
- 2.7. CPF;
- 2.8. RG e órgão emissor;

- 2.9. Data de nascimento;
- 2.10. Naturalidade;
- 2.11. Fotografia colorida 3x4, atual (máximo 6 meses), fundo neutro;
- 2.12. Assinatura digitalizada do portador.

### 3. DADOS DO VERSO:

- 3.1. Referência à legislação aplicável;
- 3.2. Tipo sanguíneo (opcional);
- 3.3. Declaração de doação de órgãos (opcional);
- 3.4. Data de posse no cargo;
- 3.5. Data de expedição da carteira;
- 3.6. Código QR para verificação;
- 3.7. Assinatura digital do Presidente do Tribunal;
- 3.8. Validade (quando aplicável).

## ANEXO II

### ELEMENTOS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS

Substrato: material PVC com características antifalsificação;

Chip eletrônico: tecnologia de radiofrequência para controle de acesso;

Impressão: processo offset com tintas de segurança;

Microimpressões: textos em dimensões microscópicas;

Elementos holográficos: para dificultar reprodução;

Numeração sequencial: sistema de controle único por tribunal;

Código de barras/QR: para verificação eletrônica de autenticidade; e

Assinatura digital: certificação eletrônica do documento.

### **ANEXO III**

#### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO DISTINTIVO E DO PORTA-DOCUMENTOS**

##### **1. PORTA-DOCUMENTOS (CAPA/ESTOJO PARA ACONDICIONAMENTO DO CONJUNTO)**

###### **1.1. Finalidade.**

O porta-documentos destina-se ao acondicionamento e apresentação da Carteira de Identificação Funcional, compondo o conjunto de identificação objeto desta contratação.

###### **1.2. COMPATIBILIDADE DIMENSIONAL OBRIGATÓRIA COM A CARTEIRA (ANEXO I).**

1.2.1. O porta-documentos deverá possuir compartimento/bolso interno que comporte integralmente a Carteira de Identificação Funcional, conforme dimensões e espessura previstas no ANEXO I, permitindo inserção e remoção sem dobrar, curvar ou deformar a carteira.

1.2.2. A carteira deverá permanecer devidamente acomodada, sem folgas excessivas que comprometam a apresentação ou causem deslocamento involuntário.

###### **1.3. MATERIAL E CONSTRUÇÃO.**

1.3.1. Confeccionado em couro (natural) ou material equivalente de padrão superior, com resistência compatível com uso institucional contínuo.

1.3.2. Estrutura tipo dobrável (duas abas), com acabamento uniforme, sem rebarbas, descascamentos, deformações, falhas de colagem ou



costura.

1.3.3. Cor predominante: preta.

#### 1.4. PERSONALIZAÇÃO/ACABAMENTO.

1.4.1. Deverá conter personalização interna em hot stamping, na cor dourada, conforme modelo/arte a ser aprovado pela Contratante (quando aplicável).

1.4.2. A aprovação do layout/arte e a validação do protótipo/modelo observarão o fluxo e prazos estabelecidos no Tópico 6 do TR.

#### 1.5. QUALIDADE MÍNIMA.

1.5.1. O material deverá apresentar resistência ao manuseio, sem desgaste precoce, manchas ou perda de integridade, mantendo boa apresentação estética.

### 2. DISTINTIVO DE MAGISTRADO (ITEM METÁLICO)

#### 2.1. Finalidade.

O distintivo integra o conjunto de identificação funcional, destinado ao uso institucional, conforme padrões aprovados pela Contratante.

#### 2.2. MATERIAL E ACABAMENTO.

2.2.1. Confeccionado em metal (ou material tecnicamente equivalente/superior), com acabamento uniforme e compatível com uso contínuo.

2.2.2. O distintivo deverá ser entregue em condições adequadas de apresentação, sem rebarbas, oxidação, falhas de pintura/banho, riscos ou defeitos aparentes.

#### 2.3. FIXAÇÃO.

2.3.1. Deve possuir sistema de fixação seguro, compatível com uso em vestimenta, que evite desprendimento involuntário durante o uso normal.

## 2.4. PADRONIZAÇÃO VISUAL.

2.4.1. O distintivo deverá seguir modelo padronizado e arte aprovada pela Contratante (quando aplicável), observando a identidade visual institucional definida para o conjunto.

## 3. PROTÓTIPO/MODELO E CONFORMIDADE (APLICÁVEL AO ANEXO III)

3.1. A produção/fornecimento em escala dos itens deste Anexo ficará condicionada à aprovação do protótipo/modelo, conforme o Tópico 6 do TR.

3.2. O protótipo/modelo deverá demonstrar, no mínimo:

I – compatibilidade dimensional do porta-documentos com a carteira (ANEXO I);

II – qualidade de material e acabamento; e

III – conformidade da personalização/acabamentos previstos neste Anexo.

## ANEXO “A”

### MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA

#### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE BENS NÃO PERMANENTES

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, este FISCAL encerrou os trabalhos de análise para fim de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_ (ou Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_), do Processo nº \_\_\_\_\_. Tendo assim procedido, este Fiscal conferiu o objeto apresentado e atesta, juntamente com o fornecedor, o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

1. (listar as discrepâncias, quando houver)

Palmas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Fiscal

---

Representante

### **ANEXO “B”**

#### **MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**

#### **BENS NÃO PERMANENTES**

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_, este GESTOR, declara para os devidos fins, que recebe definitivamente, o objeto apresentado e atesta, juntamente com o fornecedor, o

RECEBIMENTO DEFINITIVO, do objeto previsto no Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ (ou Nota de Empenho nº \_\_\_\_/\_\_\_\_), do Processo nº \_\_\_\_.

Palmas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

Gestor

---

Representante

**Identificação do solicitante:**

## **ANEXO II**

### **MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Processo Administrativo nº 26.0.000001563-5**

**Pregão Eletrônico - SRP Nº \_\_/202\_\_**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por \_\_\_\_\_ (cargo e nome), ato de posse de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado nesta Capital, doravante designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, resolve **registrar o preço** ofertado pela empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, conforme às disposições a seguir:

#### **1. DO OBJETO:**

1.1. Este instrumento tem por objeto o registro de preços visando a **contratação de empresa especializada para confecção, personalização e fornecimento, sob demanda, do Conjunto de Identificação de Magistrados, ativos e inativos**, para eventual(is) e futura (s) contratação (ões) dos itens especificados nesta Ata.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, FORNECEDOR(ES) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM	FORNECEDOR:				
	Especificação	Marca/Modelo	Und	Qtda	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

## 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins será o ÓRGÃO GERENCIADOR.

3.2. Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

## 4. DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos FORNECEDOR (ES) que:

- 4.1.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 4.1.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.2. O registro a que se refere o item 4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado na ata.
- 4.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
  - 4.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
  - 4.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14.2.
- 4.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

## **5. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 5.1. A vigência desta Ata de Registro de Preço será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
  - 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **6. DO ACIONAMENTO DA ATA, DA ASSINATURA DO CONTRATO E DO CADASTRO DE RESERVA:**

- 6.1. Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, o FORNECEDOR poderá ser convocado para assinar o contrato, devendo fazê-lo dentro do prazo e condições estabelecidas no edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no referido instrumento.
- 6.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do FORNECEDOR durante seu transcurso, devidamente justificada e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- 6.3. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o ÓRGÃO GERENCIADOR a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo desta Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do edital, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o instrumento contratual em iguais condições.
- 6.4. As aquisições decorrentes desta Ata serão realizadas de acordo com a necessidade e conveniência do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante emissão de contrato ou somente de nota de empenho, conforme o caso.
- 6.5. Os quantitativos a serem fornecidos a cada demanda são de livre escolha do ÓRGÃO GERENCIADOR e estarão diretamente vinculados às especificidades e quantidades registradas.
- 6.6. A existência de preços registrados não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR a adquiri-los em sua totalidade, e sim a promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência em igualdade de condições:
- 6.6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento ao FORNECEDOR nas condições estabelecidas nesta Ata, mas não obrigará o ÓRGÃO GERENCIADOR a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 6.7. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante acesso ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI, como usuário externo.
- 6.8. Para a assinatura do contrato, o FORNECEDOR terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.
- 6.9. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios, se o FORNECEDOR mantém as condições de habilitação.
- 6.10. O instrumento de contrato vincula-se aos termos do edital que deu origem a esta Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.
- 6.11. No acionamento desta Ata de Registro de Preços, o demandante deverá observar o disposto no § 2º do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a exigência de prévia pesquisa de mercado quando se tratar de aquisição de item específico constante de grupo de itens.
- 6.12. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no

item 6.2 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.13.1. Convocar para negociação os demais licitantes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.13.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.14. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **7. DO PRAZO FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA:**

7.1. O FORNECEDOR deverá fornecer os materiais conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta e nesta Ata.

7.2. O FORNECEDOR deverá fornecer o objeto desta Ata, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.

7.3. Os itens deverão ser entregues no Serviço de Registros Funcionais de Magistrados da Diretoria de Gestão de Pessoas (SEMAG), localizada no Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, situado no Edifício Amaro Empresarial Anexo I - 6º Andar, situado na Quadra 103 Norte, Rua NO 11 com Av. NS 01 Lote 02 Plano Diretor Norte, em dias úteis, das 12:00 às 18:00 horas.

## **8. DO RECEBIMENTO:**

8.1. Para o recebimento do objeto desta Ata deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

8.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

8.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação



posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais;

8.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

8.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com esta Ata:

8.3.1. Ao ÓRGÃO GERENCIADOR não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

8.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução desta Ata, nos limites estabelecidos pela lei ou por este registro de preços.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO:**

9.1. Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral do ÓRGÃO GERENCIADOR promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços, observado o disposto no Anexo V da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

9.2. O FORNECEDOR deverá indicar preposto, durante o período de vigência, para representá-lo sempre que for necessário.

## **10. DO PAGAMENTO:**

10.1. A CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos, em conformidade com as condições estabelecidas nesta Ata e no contrato.

10.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade fiscal e trabalhista, compreendendo: Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

10.3. O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta, na nota de empenho e estar vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

10.4. O CONTRATANTE somente efetuará o pagamento pelos materiais efetivamente solicitados e entregues, após verificada a conformidade com as especificações do Termo de Referência.

10.5. O pagamento será efetuado após a apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA e o devido atesto pelo fiscal do contrato, confirmando

que o objeto foi entregue em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.6. O fiscal do contrato verificará a regularidade do fornecimento e procederá ao atesto da nota fiscal, certificando o recebimento do objeto e sua conformidade com as especificações previstas.

10.7. Após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato, o processo será encaminhado às unidades competentes para fins de liquidação da despesa e posterior pagamento.

10.8. Compete ao gestor do contrato acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos, adotando as providências necessárias para garantir o adequado cumprimento das obrigações contratuais, conforme atribuições previstas na regulamentação interna do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

10.9. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a processamento, e não sendo possível a quitação na mesma data, será observada a ordem cronológica de pagamentos prevista no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. É vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, relativo a este contrato, nos termos do art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do protocolo de recebimento da nota fiscal, considerado o momento em que o credor se encontra adimplente com as obrigações assumidas, prorrogando-se o vencimento para o primeiro dia útil subsequente quando recair em dia não útil.

10.12. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA, desde que mantidas as condições de habilitação e inexistente fato impeditivo ao pagamento.

10.13. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e eventuais multas aplicadas. Caso a CONTRATADA seja isenta, beneficiária de redução de alíquota ou optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a fatura, o respectivo comprovante.

10.14. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação da manutenção das mesmas condições de regularidade exigidas para a habilitação da CONTRATADA, as quais deverão ser preservadas durante toda a execução contratual.

10.15. Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira imposta à CONTRATADA em razão de penalidade ou inadimplência, não sendo devido, nessa hipótese, qualquer acréscimo.

10.16. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA adote as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo de pagamento após a regularização, sem ônus para o CONTRATANTE.

10.17. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE serão calculados mediante a fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, obtido pela fórmula:

$I = i / 365$ , sendo i a taxa anual de 6%.

10.18. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, deverão ser observadas as disposições da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.19. Todos os atos inerentes à execução financeira do contrato observarão as regras do Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

## **11. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

11.1. São vedados acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021, permitidas as demais alterações previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente ata poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

12.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do

remanejamento.

12.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao FORNECEDOR beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

### **13. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

13.1. Durante a vigência desta Ata, os preços registrados serão fixos e inalteráveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 40 e 41 do Capítulo V, seção I, subseção da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

13.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 13.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

13.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

13.3.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

13.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 14.2, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

13.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.2

13.3.4. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

13.4. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

13.4.1. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

13.4.2. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observada o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 14, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

13.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 13.3, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

13.7. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. A alteração dos preços registrados observará o disposto no artigo 25 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

#### **14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:**

14.1. O FORNECEDOR terá seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

14.1.1. A pedido, quando:

a) Comprovar formal e documentalmente estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, desde que a comunicação por parte do FORNECEDOR ocorra antes do pedido de fornecimento por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR e este não identifique fundamentos aptos a inviabilizar a revisão de preços.

14.1.2. Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o FORNECEDOR:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório e não sanear a situação no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) Deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d) Não comparecer ou se recusar a assinar, no prazo estabelecido, os instrumentos contratuais decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- e) Sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/2002](#).

14.1.3. Configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

14.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

14.2. Verificada qualquer uma das hipóteses previstas no subitem 14.1.1, concluído o respectivo processo e depois de garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o ÓRGÃO GERENCIADOR formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao FORNECEDOR e aos demais licitantes que compõem o cadastro reserva (se houver) a nova ordem de registro.

14.3. A Ata de Registro de Preço será cancelada automaticamente:

- a) Por extinção da totalidade do seu objeto, situação na qual deverá ocorrer a notificação de eventuais aderentes; e
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

14.4. Se não obtiver êxito nas negociações previstas no item 13, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR:**

15.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR, além de outras previstas no edital ou decorrente da natureza do ajuste:

- 15.1.1. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 15.1.2. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste Registro de Preços;
- 15.1.3. Assegurar os recursos necessários para custear as contratações decorrentes desta Ata, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;
- 15.1.4. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução das contratações referentes à esta Ata;
- 15.1.5. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constante nesta Ata;
- 15.1.6. Notificar o FORNECEDOR, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto do termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 15.1.7. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR;
- 15.1.8. Zelar para que, durante a vigência desta Ata e dos contratos que vierem a ser firmados, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte do FORNECEDOR, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 15.1.9. Emitir as solicitações de fornecimento de forma formal e rastreável indicando as informações necessárias à execução, conforme os ANEXOS.
- 15.1.10. Disponibilizar à Contratada, em tempo hábil, os dados e informações indispensáveis à confecção/personalização do conjunto, zelando pela correção e atualização das informações encaminhadas.
- 15.1.11. Realizar a análise do layout/arte e do protótipo/modelo, formalizando aprovação, aprovação com ajustes ou reprovação.
- 15.1.12. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer inconformidades, defeitos, divergências de especificação, atrasos ou outras ocorrências verificadas na execução, fixando, quando cabível, prazos para correção e registrando as ocorrências relevantes.
- 15.1.13. Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento, podendo aplicar sanções, rescindir o ajuste ou convocar remanescentes, quando aplicável, mediante processo administrativo, na forma da legislação vigente.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 16.1. São obrigações do FORNECEDOR, além de outras previstas no edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

16.1.1. Manter, durante a vigência desta Ata e da execução das contratações, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram o seu registro de preços;

16.1.2. Apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

16.1.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;

16.1.4. Responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros, desde a origem até sua entrega no local de destino;

16.1.5. Responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste;

16.1.6. Não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente desta Ata de Registro de Preços a terceiros

16.1.7. Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente ajuste, salvo autorização específica do ÓRGÃO GERENCIADOR;

16.1.8. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao ÓRGÃO GERENCIADOR, mantendo atualizados os dados de contato da empresa durante toda a vigência contratual.

16.1.9. Cumprir integralmente as condições do edital, observando, especialmente, os requisitos técnicos e padrões estabelecidos nos ANEXOS I a III do Termo de Referência.

16.1.10. Observar os procedimentos e prazos definidos no Tópico 6 do Termo de Referência, incluindo, quando aplicável: (i) submissão de layout/arte para autorização; (ii) apresentação e aprovação do protótipo/modelo; (iii) fornecimento sob demanda; e (iv) entrega no local e horário estabelecidos.

16.1.11. Garantir que os itens fornecidos estejam em conformidade com o protótipo/modelo aprovado e com os ANEXOS I a III, mantendo padrão uniforme de qualidade e acabamento, sem variações indevidas entre lotes.

16.1.12. Substituir, sem ônus para a Contratante e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, quaisquer itens que apresentem defeito, dano, vício de fabricação ou inconformidade com o protótipo/modelo aprovado ou com os ANEXOS.

16.1.13. Manter rastreabilidade mínima das solicitações e entregas (ex.: número da solicitação, data, quantitativo e data de entrega), assegurando meios de auditoria e verificação pela Contratante.

16.1.14. Tratar como confidenciais as informações e dados utilizados para personalização do conjunto, utilizando-os exclusivamente para execução contratual, vedado o compartilhamento com terceiros, observada a legislação aplicável de proteção de dados, quando pertinente.



16.1.15. Observar as regras de subcontratação previstas no edital/TR, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto.

16.1.16. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

## **17. DA PUBLICAÇÃO:**

17.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR providenciará a publicação resumida desta Ata no Diário da Justiça Eletrônico – DJE.

17.2. A Ata de Registro de Preços será divulgada, com a indicação do FORNECEDOR e dos preços registrados no site <http://www.tjto.jus.br/> / (<https://sei.tjto.jus.br/sei/modulos/tjto/licitacao/web/index.php?modalidade=atas>), a qual ficará disponibilizada durante sua vigência.

17.3. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

18.1. As sanções em caso de inadimplemento pelo FORNECEDOR das obrigações contidas nesta Ata são aquelas previstas no edital de licitação.

18.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

18.3. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

18.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer das ocorrências previstas no item 19.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do FORNECEDOR.

## **19. CONDIÇÕES GERAIS**

19.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do FORNECEDOR registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.

19.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão contratante.

## 20. DO FORO:

20.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente desta Ata de Registro de Preços, que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Palmas, no Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do ÓRGÃO GERENCIADOR e do FORNECEDOR acima qualificados, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

## ANEXO III

### MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº. \_\_\_\_/202\_\_  
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº \_\_\_\_/202\_\_  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/202\_\_  
PROCESSO nº 26.0.000001563-5

**CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, inscrito no CNPJ sob o nº 25.053.190/0001-36, com sede na Praça dos Girassóis, s/nº, Centro, Palmas/TO, neste ato representado por \_\_\_\_\_, brasileiro(a), casado(a), portador(a) do RG nº. \_\_\_\_\_ – SSP/\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) nesta Capital, doravante designado **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_,

doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, têm entre si, justo e avençado, o presente contrato, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Instruções Normativas do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, nº 5, de 31 de janeiro de 2023 e nº 6, de 31 de janeiro de 2023, bem como das demais normas legais aplicáveis e das cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **contratação de empresa especializada para confecção, personalização e fornecimento, sob demanda, do Conjunto de Identificação de Magistrados, ativos e inativos.**

1.2. Descrição do objeto.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTDE.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Valor Total					

1.3. A aquisição citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às especificações técnicas, forma de entrega e às disposições dos documentos adiante enumerados, constantes do Processo Administrativo 26.0.000001563-5, do CONTRATANTE, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste, no que não o contrariarem. São eles:

1.3.1. O Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/202\_\_, do CONTRATANTE;

1.3.2. A Ata de Registro de Preços nº \_\_/202\_\_, resultado do Pregão Eletrônico – SRP nº \_\_\_\_/202\_\_;

1.3.3. A proposta de preços apresentada pela CONTRATADA em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 202\_ e os demais documentos fornecidos no procedimento licitatório.

1.4. A aquisição do objeto deste contrato foi realizada por meio de procedimento licitatório, de acordo com o disposto no \_\_\_\_\_, sob a modalidade \_\_\_\_\_, conforme Edital e Processo Administrativo acima citados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 2.1. A empresa será convocada para assinatura deste instrumento contratual, devendo assiná-lo e restituí-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 2.1.1. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e a critério do CONTRATANTE, por igual período, desde que diante de motivo justificado e arrazoadado por parte da CONTRATADA e a solicitação tenha ocorrido ainda dentro do prazo de assinatura.
- 2.2. A assinatura deste contrato será realizada por meio eletrônico, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do CONTRATANTE.
- 2.3. A CONTRATADA deverá apresentar as certidões de regularidades fiscais atualizadas e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO:**

- 3.1. A CONTRATADA deverá fornecer os materiais conforme a marca e especificações discriminadas em sua proposta e neste contrato.
- 3.2. A CONTRATADA deverá fornecer o objeto deste contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela Contratada.
- 3.3. Os itens deverão ser entregues no Serviço de Registros Funcionais de Magistrados da Diretoria de Gestão de Pessoas (SEMAG), localizada no Anexo I do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, situado no Edifício Amaro Empresarial Anexo I - 6º Andar, situado na Quadra 103 Norte, Rua NO 11 com Av. NS 01 Lote 02 Plano Diretor Norte, em dias úteis, das 12:00 às 18:00 horas.
- 3.4. Caso haja solicitação por parte do CONTRATANTE ou CONTRATADA para modificação do regime de fornecimento, deverão ser observadas as disposições da subseção IV da seção II do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO RECEBIMENTO:**

- 4.1. Para o recebimento do objeto deste contrato deverão ser observadas pelo gestor e/ou fiscal as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Seção II, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.
- 4.2. Efetivada a entrega, o objeto será recebido:
- 4.2.1. Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade dos materiais com as exigências contratuais;

4.2.2. Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, mediante termo hábil, após verificação do relatório detalhado e da documentação apresentada pelos fiscais do contrato.

4.3. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com este contrato:

4.3.1. Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição de produtos considerados inadequados pelo gestor.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pelos materiais fornecidos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução desta Ata, nos limites estabelecidos pela lei ou por este contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VALIDADE E GARANTIA:**

5.1. A Contratada deverá assegurar garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação, vícios de material, falhas de acabamento, perda de funcionalidade e desconformidade superveniente relacionada às especificações dos ANEXOS I a III do Termo de Referência, ou por prazo superior ofertado na proposta, se mais vantajoso.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL:**

6.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:**

7.1. Na execução do objeto, a Contratada deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com o fornecimento, em alinhamento às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis ao Poder Judiciário e ao Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJTO, sem prejuízo do atendimento integral aos requisitos técnicos e de segurança do conjunto de identificação.

7.1.1. A Contratada deverá priorizar o uso de embalagens e acondicionamento que reduzam a geração de resíduos, preferencialmente com materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, garantindo, ainda assim, a proteção do conjunto contra danos, deformações e comprometimento da integridade física e visual durante o transporte e a entrega.

7.1.2. Logística e documentação: sempre que possível, comunicações, aprovações e trocas de arquivos (ex.: layout/arte) deverão ocorrer por meios digitais, reduzindo impressões e deslocamentos, sem prejuízo da rastreabilidade e do registro formal no processo.

7.1.3. Gestão de resíduos: eventuais resíduos gerados pela Contratada na produção/embalagem do objeto devem receber destinação ambientalmente adequada, observadas as boas práticas do setor e a legislação aplicável, quando pertinente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR:**

8.1. O valor \_\_\_\_\_ deste contrato é de **R\$** \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à sua perfeita execução.

#### **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

9.1. A despesa com a execução do objeto deste contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

**Unidade Gestora:** 060100

**Classificação Orçamentária - PI:** 0601.02.061.1169.4510

**Natureza de Despesa:** 33.90.30

**Fonte de Recursos:** 1.760

9.2. As despesas inerentes à execução deste contrato serão liquidadas por meio da Nota de Empenho que será emitida à conta da dotação orçamentária especificada nesta Cláusula.

9.3. **A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou a aquisição:**

**9.3.1. Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - FUNJURIS.**

**CNPJ:** 03.173.154/0001-73

**Praça dos Girassóis, S/Nº, Centro**

**CEP 77.015-007**

**Palmas/TO**

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO:**

10.1. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos materiais efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Sétima deste contrato.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da CONTRATADA.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à CONTRATADA o que for solicitado e efetivamente entregue.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos materiais adquiridos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal do contrato.

10.6. O atesto do(a) fiscal do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento:

10.6.1. Na ausência do (a) fiscal do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal substituto.

10.7. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da CONTRATADA ou, ainda, se os materiais fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste contrato e no Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.8. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato:

10.8.1. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no *caput* do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.9. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.10. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaindo sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente:

10.10.1. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA - Banco \_\_\_\_\_, Agência nº \_\_\_\_\_, Conta Corrente nº \_\_\_\_\_, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.11. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a CONTRATADA isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.12. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.13. Fica a CONTRATADA ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada a sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.15. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.10 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.16. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa da Presidência do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.



10.17. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE:**

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou por outro indicador que venha substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados deste contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

12.1. Cabe a revisão, a qualquer tempo, do contrato cujo equilíbrio econômico-financeiro for afetado pela superveniência de fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que o torne mais oneroso para uma das partes:

12.1.1. Para os fins previstos no item 12.1, constituem fato imprevisível, o fato do Príncipe, o fato da Administração, o caso fortuito e a força maior.

12.1.2. Para efeito de revisão, compreende-se, também, como fato da Administração, a alteração de cláusula regulamentar do contrato que importe aumento dos encargos da CONTRATADA.

12.2. A instrução do processo para revisão, reequilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12.3. O CONTRATANTE responderá à solicitação da CONTRATADA de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação do prazo, caso necessário, para o adequado deslinde da matéria.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

13.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, conforme estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2. Compete ao gestor e/ou ao fiscal deste contrato, conforme Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, justificar e propor o acréscimo ou diminuição do quantitativo do objeto desta aquisição, observados os limites definidos no art. 125 da Lei nº 14.133/2021:

13.2.1. Em se tratando de alteração a ser realizada por mútuo consentimento, é indispensável que o gestor inclua no processo o documento de aceite da CONTRATADA.

13.3. Nenhum acréscimo poderá exceder os limites estabelecidos no item 13.1. Isso não se aplica às supressões, as quais poderão exceder os limites legais quando acordadas entre as Partes.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:**

14.1. Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina do Capítulo VII do Título III, da Lei nº 14.133/2021 e do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

15.1. A CONTRATADA obriga-se a:

- 15.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste contrato;
- 15.1.2. Manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- 15.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução deste contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 15.1.4. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 15.1.5. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- 15.1.6. Manter, durante o fornecimento dos materiais, nas dependências do CONTRATANTE, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- 15.1.7. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário;
- 15.1.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021;
- 15.1.9. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, mantendo atualizados os dados de contato da empresa durante toda a vigência contratual.
- 15.1.10. Cumprir integralmente as condições do edital, observando, especialmente, os requisitos técnicos e padrões estabelecidos nos ANEXOS I a III do Termo de Referência.
- 15.1.11. Observar os procedimentos e prazos definidos no Tópico 6 do Termo de Referência, incluindo, quando aplicável: (i) submissão de layout/arte para autorização; (ii) apresentação e aprovação do protótipo/modelo; (iii) fornecimento sob demanda; e (iv) entrega no local e horário estabelecidos.
- 15.1.12. Garantir que os itens fornecidos estejam em conformidade com o protótipo/modelo aprovado e com os ANEXOS I a III, mantendo padrão uniforme de qualidade e acabamento, sem variações indevidas entre lotes.
- 15.1.13. Substituir, sem ônus para a Contratante e dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, quaisquer itens que apresentem defeito, dano, vício de fabricação ou inconformidade com o protótipo/modelo aprovado ou com os ANEXOS.
- 15.1.14. Manter rastreabilidade mínima das solicitações e entregas (ex.: número da solicitação, data, quantitativo e data de entrega), assegurando meios de auditoria e verificação pela Contratante.

15.1.15. Tratar como confidenciais as informações e dados utilizados para personalização do conjunto, utilizando-os exclusivamente para execução contratual, vedado o compartilhamento com terceiros, observada a legislação aplicável de proteção de dados, quando pertinente.

15.1.16. Observar as regras de subcontratação previstas no edital, permanecendo integralmente responsável pela execução do objeto.

15.1.17. Reparar quaisquer danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

16.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

16.1.1. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente a esta contratação;

16.1.2. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021;

16.1.3. Proporcionar condições para o fornecimento do objeto deste contrato;

16.1.4. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste contrato, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica;

16.1.5. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução deste contrato;

16.1.6. Rejeitar os materiais cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes deste contrato;

16.1.7. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

16.1.8. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

16.1.9. Zelar para que, durante a vigência deste contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.1.10. Emitir as solicitações de fornecimento de forma formal e rastreável indicando as informações necessárias à execução, conforme os ANEXOS.

16.1.11. Disponibilizar à Contratada, em tempo hábil, os dados e informações indispensáveis à confecção/personalização do conjunto, zelando pela correção e atualização das informações encaminhadas.

16.1.12. Realizar a análise do layout/arte e do protótipo/modelo, formalizando aprovação, aprovação com ajustes ou reprovação.

16.1.13. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer inconformidades, defeitos, divergências de especificação, atrasos ou outras ocorrências verificadas na execução, fixando, quando cabível, prazos para correção e registrando as ocorrências relevantes.

16.1.14. Adotar as medidas administrativas cabíveis em caso de inadimplemento, podendo aplicar sanções, rescindir o ajuste ou convocar remanescentes, quando aplicável, mediante processo administrativo, na forma da legislação vigente.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

17.1. A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato e no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave;

17.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses no subitem 17.1.1 que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 17.1.1, 17.1.2 ou 17.1.3 a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

17.1.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

17.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração;

17.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato:

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento deste contrato.

17.1.8. A não apresentação da documentação prevista no item 10.2, da Cláusula Décima deste contrato, ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a CONTRATADA à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 17.1.4.

17.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos subitens anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total deste contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 17.1.11 e sem prejuízo das demais sanções;

17.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 17.1.5 e 17.1.9, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções;

17.1.11. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

17.1.12. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente;

17.1.13. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 17.1.11;

17.1.14. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária;

17.1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a CONTRATADA deverá complementar a diferença, ou será cobrada judicialmente.

17.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO:**

18.1. O presente Instrumento poderá ser extinto:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, desde que o descumprimento contratual não tenha sido decorrente de sua própria conduta;
- b) Consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

18.2. No caso de extinção amigável, a parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

18.3. Tanto a extinção determinada por ato unilateral da Administração como a consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo:

18.3.1. Os casos de extinção contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.4. Quando a extinção se der por ato unilateral, além das sanções cabíveis previstas na Lei nº 14.133/2021, poderá ocorrer:

- I - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE e das multas aplicadas.



### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO:**

19.1. O presente contrato fica vinculado aos autos \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS:**

20.1. O presente Instrumento, inclusive quanto aos casos omissos, regula-se pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD; pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.2. Os casos omissos pertinentes à LGPD deverão ser submetidos ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, o qual apresentará proposta de solução à Presidência deste Tribunal de Justiça.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:**

21.1. Este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do prazo de garantia.

21.2. A divulgação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP é condição indispensável para a sua eficácia, conforme art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS VEDAÇÕES:**

22.1. É vedado à CONTRATADA:

22.1.1. Veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do CONTRATANTE;

22.1.2. Ceder os créditos ou sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros;

22.1.3. Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;

22.1.4. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato, salvo com anuência do CONTRATANTE e apenas nas hipóteses autorizadas pela Lei nº 14.133/2021;

22.1.5. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:**

23.1. A publicação resumida deste contrato no Diário da Justiça Eletrônico – DJE será providenciada pelo CONTRATANTE.

23.2. O CONTRATANTE também promoverá a publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, condição indispensável para sua eficácia, conforme o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:**

24.1. O gerenciamento e a fiscalização da contratação decorrente deste contrato caberão aos servidores do CONTRATANTE, que determinarão o que for necessário para regularizar faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto legal.

24.2. Além das disposições da Lei nº 14.133/2021, o gestor e/ou fiscal deverão observar o Anexo V e VI da Instrução Normativa nº 4, de 31 de janeiro de 2023 do TJTO na gestão e fiscalização deste contrato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS:**

25.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a realizar o tratamento dos dados pessoais de acordo com todas as bases legais e regulamentares de proteção de dados aplicáveis, sobretudo em observância aos direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural no que concerne ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

I - por dados pessoais entendam-se todas as informações relacionadas à pessoa física identificada ou identificável;

II - por tratamento, recorra-se ao Art. 5º, X, da LGPD, que assim define como sendo qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

25.2. O tratamento de dados pessoais pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA se dará conforme as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, da Portaria nº 1864, de 30 de julho de 2021, que institui a Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, bem como conforme as orientações e regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e de outros diplomas legais aplicáveis.

25.3. A finalidade do tratamento de dados:

I - a finalidade do tratamento dos dados pessoais deve estar em conformidade com o objeto do contrato e legalmente respaldada, respeitando-se as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados e da Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, os princípios da Administração Pública e os demais diplomas legais e regulamentares aplicáveis, em especial a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

25.4. No caso de necessidade de obtenção do consentimento do titular dos dados pessoais para que se dê o tratamento pela CONTRATADA, este se dará apenas após aprovação do CONTRATANTE, o qual poderá ficar responsável pela obtenção do consentimento perante o titular dos dados.

25.5. Responsabilizam-se as partes pela gestão dos dados pessoais necessários à realização das finalidades especificadas no item 25.3, vedado o seu compartilhamento ou utilização para outra finalidade aqui não contemplada.

25.6. Os sistemas ou qualquer outro meio que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais em razão deste contrato celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA, devem estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas, a fim de garantir efetiva proteção a estes.

25.7. As medidas de segurança adotadas pelo CONTRATANTE e pela CONTRATADA, a fim de proteger os dados pessoais objeto de tratamento, devem ser adequadas para evitar a sua destruição, perda, alteração, divulgação, acesso não autorizado ou demais incidentes de segurança.

25.8. Os dados pessoais aos quais as partes do contrato tiverem acesso serão tratados em seus respectivos ambientes.

25.9. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento em razão deste contrato, ressalvadas as hipóteses legais ou expressamente previstas no próprio contrato.

25.10. Responderão rápida e adequadamente CONTRATANTE e CONTRATADA às solicitações de informação da contraparte relacionadas ao tratamento dos dados pessoais.

25.11. Em caso de incidente envolvendo dados pessoais, tais como perda, alteração, acesso não autorizado, destruição, entre outros, CONTRATANTE e CONTRATADA informarão ao gestor do contrato e ao preposto ou representante da CONTRATADA imediatamente a ocorrência do incidente.

25.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, CONTRATANTE e CONTRATADA interromperão o tratamento imediatamente, salvo expressa disposição em contrário, e, em no máximo 30 (trinta) dias, eliminarão

completamente tais dados armazenados ou os entregarão ao CONTRATANTE, conforme o caso, ressalvada a necessidade de mantê-los para cumprimento de obrigação legal.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO CONSENTIMENTO:**

26.1. Nas hipóteses em que o consentimento do titular dos dados pessoais seja necessário para o tratamento, observar-se-á o disposto no item 25.4.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO E À DISCRIMINAÇÃO:**

27.1. O(A) CONTRATADO(A) declara estar ciente e comprometido(a) a cumprir integralmente a política de prevenção e combate ao assédio, à discriminação e a qualquer forma de conduta ilícita ou abusiva, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 351/2020, de 28 de outubro de 2020.

27.2. O(A) CONTRATADO(A) compromete-se a adotar práticas de conduta ética, respeitosa e inclusiva no ambiente de trabalho, promovendo um ambiente livre de assédio moral, sexual e de qualquer outra natureza discriminatória.

27.3. Caso haja denúncia ou suspeita de conduta que viole os princípios elencados no art. 3º da Resolução CNJ nº 351/2020, o(a) CONTRATADO(A) deverá comunicar imediatamente o CONTRATANTE, colaborando com as investigações e adotando as providências necessárias para a resolução da situação, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas legais cabíveis, visando assegurar o compromisso de ambas as partes com um ambiente de trabalho ético, respeitoso e livre de qualquer forma de discriminação ou assédio, em conformidade com a legislação vigente e as diretrizes do CNJ.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

28.1. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

28.2. Os empregados incumbidos da entrega dos materiais não terão qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

28.3. Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta)

dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria:

28.3.1. É dispensada a instrução dos pleitos, reclamações e esclarecimentos indicados no item anterior quando não preenchidos os pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021, em análise escrita por parte do gestor deste contrato.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NOVA – DO FORO:**

289.1. Para dirimir todas as questões oriundas da execução do presente contrato fica eleito o Foro de Palmas - TO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustados e contratados, firmam este contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

(Assinatura por meio eletrônico – SEI/TJTO)

### **ANEXO**

#### **MINUTA - PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DO CONTRATO**

**O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023;

**CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução de contratos celebrados entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e fornecedores de bens e/ou serviços;

**CONSIDERANDO**, ainda, o contrato nº \_\_\_\_/202\_, referente ao Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e a empresa \_\_\_\_\_, que tem por objeto aquisição de \_\_\_\_\_ para atender as necessidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Designar o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_ - matrícula \_\_\_\_\_, como gestor(a) do contrato nº \_\_\_\_/202\_\_\_\_, e o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_ - matrícula \_\_\_\_\_, como seu substituto(a), para, conhecerem as obrigações mútuas previstas no instrumento de contratual, acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução.

**Parágrafo único** – Verificada a ocorrência de falta ou defeito na execução do contrato, o gestor notificará a contratada para regularização do apontamento, caso em que, não sendo atendido ou justificado, no prazo estabelecido, deverá informar à autoridade competente sobre o ocorrido em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**Art. 2º.** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Publique-se. Cumpra-se.**

**ANEXO IV****INSTRUÇÃO NORMATIVA TJ/TO Nº 6, DE 31 DE JANEIRO DE 2023**

*Dispõe sobre o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins*

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o §1º do art. 12 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro);

CONSIDERANDO, diante da ausência de lei estadual específica, a pertinência de aplicação da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

RESOLVE:

## **TÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece regramentos para a instauração e instrução dos processos administrativos sancionatórios e para a definição da dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Art. 2º No âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, compete ao Presidente a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS PENALIDADES**

Art. 3º As sanções previstas no caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas neste Capítulo, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante ou a contratada:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato: Penalidade de advertência;

II - dar causa à inexecução parcial ou total do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

III - dar causa à inexecução total do contrato: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 30 (trinta) dias;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 120 (cento e vinte) dias;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Tocantins pelo período de 60 (sessenta) dias;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame, prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato ou comportar-se de modo inidôneo: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 36 (trinta e seis) meses;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

X - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 48 (quarenta e oito) meses;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Penalidade de declaração de inidoneidade pelo período de 60 (sessenta) meses.

§ 1º Considera-se a conduta do inciso II do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

§ 2º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no instrumento convocatório;

IV - deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.

§ 3º Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso V do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação;

III - abandonar o certame;



IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

§ 4º Considera-se a conduta do inciso VII do caput como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

§ 5º Considera-se a conduta do inciso IX do caput como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, com exceção da conduta disposta no inciso VIII do caput deste artigo.

§ 6º Considera-se a conduta do inciso X do caput como sendo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS CRITÉRIOS DE DOSIMETRIA DAS PENALIDADES**

Art. 4º As penas previstas nos incisos do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão agravadas em 50% (cinquenta por cento) de sua pena-base, para cada agravante, até os limites máximos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência das seguintes situações:

I - quando restar comprovado o registro de 3 (três) ou mais sanções aplicadas à licitante ou à contratada por parte de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando restar comprovado que a licitante tenha sido desclassificada ou inabilitada por não atender às condições do edital, sendo de notória identificação a impossibilidade de atendimento ao estabelecido no ato convocatório;

III - quando a licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

IV - quando firmada a convicção, no âmbito administrativo, que a licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiária do tratamento diferenciado concedido em legislação específica; ou

V - quando a conduta acarretar prejuízo material grave ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão majoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 5º As penas previstas nos incisos II a VII do caput do art. 3º desta Instrução Normativa serão reduzidas pela metade, observados os limites mínimos estabelecidos nos §§ 4º e 5º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, ou convertidas em sanções menos gravosas e desde que não tenha

incidido qualquer agravante do art. 4º desta Instrução Normativa, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

I - quando restar comprovada a ausência de registro de sanção aplicada à licitante ou à contratada por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

II - quando a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha de menor repercussão da licitante ou da contratada;

III - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído e que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovada;

IV - quando a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo.

Parágrafo único. As penalidades de multa previstas no instrumento convocatório e/ou contratual, para fins de aplicação do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, também serão minoradas na forma prevista neste artigo.

Art. 6º A penalidade prevista no inciso IV do caput do art. 3º desta Instrução Normativa será afastada quando ocorrer a entrega da documentação fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízo ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e sejam observados, cumulativamente:

I - a ausência de dolo na conduta;

II - que o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior a sua quarta parte;

III - não tenha ocorrido nenhuma solicitação de prorrogação dos prazos;

IV - que não tenha sido registrada sanção aplicada à licitante por parte da Administração Pública em decorrência da prática de tipos infracionais em licitações e contratos administrativos nos 24 (vinte e quatro) meses que antecederam o fato que ensejou a abertura de processo sancionatório pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA INSTAURAÇÃO E INSTRUÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO**

Art. 7º Para a aplicação de qualquer penalidade contratual é imprescindível a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único. Na instrução dos processos administrativos sancionatórios deverão ser observadas as formalidades e os prazos previstos nesta Instrução Normativa, nos regulamentos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, na Lei nº 14.133, de 2021 e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

Art. 8º É dever de todo servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em especial os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato, comunicar à Diretoria-Geral acerca da ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possam se amoldar aos tipos infracionais previstos no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único. Além do dever de comunicação de que trata o caput deste artigo, os agentes de contratação, gestores e fiscais de contrato deverão, caso seja necessário, prestar auxílio e esclarecimentos necessários à instrução do processo administrativo e ao cálculo das multas pecuniárias.

Art. 9º A partir da comunicação de que trata o caput do art. 8º desta Instrução Normativa, cumpre à Diretoria-Geral realizar a instauração e instrução formal do processo administrativo sancionatório, compreendendo:

I - a realização das notificações formais às licitantes e/ou contratadas;

II - o controle dos prazos;

III - o recebimento e análise das respostas, manifestações e alegações dos investigados;

IV - a apreciação do pedido de produção de provas;

V - a produção de relatório final conclusivo apto a ensejar a deliberação da autoridade competente para a aplicação da sanção.

Parágrafo único. Caso a conduta que motivou a instauração do processo administrativo sancionatório possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, o processo administrativo sancionatório deverá ser conduzido por 2 (dois) servidores efetivos, devendo ser observadas as formalidades, os procedimentos e os prazos previstos no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 10. Concluída a instrução do processo administrativo sancionatório, os autos serão submetidos ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para deliberação, observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Art. 11. Após esauridos os recursos administrativos cabíveis, a Diretoria Administrativa deverá adotar as providências necessárias ao registro das sanções aplicadas nos cadastros informados no art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 12. A licitante e/ou contratada sancionada poderá solicitar a sua reabilitação à Diretoria-Geral desde que presentes e devidamente comprovados os requisitos previstos no art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CAPÍTULO IV

## **DA CONSENSUALIDADE EM MATÉRIA SANCIONATÓRIA**

Art. 13. No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - presença dos pressupostos previstos no próprio instrumento contratual;
- II - que o acordo se apresente como a medida mais eficaz para o atendimento do interesse público e para a continuidade da prestação do serviço;
- III - seja previsto no acordo que o afastamento da sanção dar-se-á em caráter condicional ao cumprimento integral das condições estabelecidas;
- IV - haja prévia manifestação da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral antes da celebração do acordo.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins autorizar a celebração do compromisso de que trata o caput deste artigo.

## **TÍTULO II**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 14. O teor desta Instrução Normativa deverá constar como anexo:

- I - dos instrumentos convocatórios das licitações promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- II - dos instrumentos contratuais decorrentes de processos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário, observada a ultratividade das normas revogadas nos termos do parágrafo único do art. 16 desta Instrução Normativa.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 15 de fevereiro de 2023.

Parágrafo único. Permanecem regidos pelos atos normativos revogados em observância ao art. 15 desta Instrução Normativa, os processos administrativos sancionatórios instaurados a partir de condutas praticadas em certames e em contratações regidos pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Desembargador JOÃO RIGO GUIMARÃES

Presidente

## ANEXO V

### Estudo Técnico Preliminar nº 88/2026 PRESIDÊNCIA/CECOM

#### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

<b>UNIDADE TÉCNICA:</b>	Diretoria do Centro de Comunicação Social (CECOM)	<b>DATA:</b> 09/01/2026
<b>RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO:</b>	Paula Márcia Bittencourt Viana Klein Dalliana de Souza Correia Medeiros Nadiny Maria Almeida Parreira	<b>MATRÍCULA:</b>  353591  352783  378580
<b>CATEGORIA DO OBJETO</b>	Serviços de confecção de placas personalizadas em alumínio, na corrosão alto relevo, aço inox, incluindo gravação de letreiros, bem como troféus em acrílico personalizados	

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa suprir as necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins quanto à confecção de placas personalizadas em alumínio, na corrosão alto relevo, aço inox, incluindo gravação de letreiros, bem como troféus em acrílico personalizados, destinados ao atendimento de demandas oficiais relacionadas a lançamentos de pedras fundamentais, inaugurações de obras e unidades judiciárias, eventos institucionais, bem como premiações, homenagens e recepção de autoridades e visitas ilustres no âmbito desta Corte.

2.2. Os materiais a serem confeccionados possuem caráter institucional, representativo e simbólico, sendo essenciais para a adequada divulgação, valorização e formalização das ações do Poder Judiciário, contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional e para o cumprimento das atribuições da Diretoria do Centro de Comunicação Social – CECOM.

2.3. A ausência dessa contratação comprometeria a realização de atos solenes e eventos oficiais, impactando negativamente a comunicação institucional e o atendimento às demandas administrativas e protocolares do Tribunal, razão pela qual se evidencia a necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público, conforme disposto no Documento de Formalização da Demanda.

### 3. UNIDADE DEMANDANTE

<b>UNIDADE DEMANDANTE:</b> Diretoria do Centro de Comunicação Social (CECOM)	<b>DATA:</b> 09/01/2026
<b>RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO:</b> Paula Márcia Bittencourt Viana Klein	<b>MATRÍCULA:</b> 353591
<b>E-MAIL:</b> paula.klein@tjto.jus.br	<b>FONE:</b> (63) 3142-2075

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1. REQUISITOS DE QUALIDADE

4.1.1. A solução a ser contratada deverá atender a padrões mínimos de qualidade compatíveis com o uso institucional e representativo dos materiais, observando-se, no mínimo:

- a) utilização de materiais adequados e duráveis, especialmente acrílico de boa resistência, com acabamento compatível com a finalidade institucional;
- b) qualidade no acabamento, incluindo cortes precisos, bordas bem definidas, gravações legíveis e alinhadas, sem imperfeições visuais;
- c) fidelidade às especificações técnicas e artes aprovadas pelo Tribunal de Justiça, garantindo a correta aplicação de cores, textos, logotipos e dimensões;
- d) observância aos prazos de entrega estabelecidos, considerando a natureza dos eventos e solenidades institucionais;

#### 4.2. ELEMENTOS TÉCNICOS E MERCADOLÓGICOS

4.2.1. A contratação envolve serviços de confecção de placas personalizadas e troféus em acrílico, amplamente ofertados no mercado por empresas especializadas em comunicação visual, brindes institucionais e materiais comemorativos.

4.2.2. Do ponto de vista técnico, a solução exige domínio de processos como corte, gravação, personalização e acabamento, bem como capacidade de produzir itens sob demanda, conforme artes e orientações fornecidas pela Diretoria de Comunicação.

4.2.3. Sob o aspecto mercadológico, verifica-se a existência de pluralidade de fornecedores aptos, com atuação local, regional e nacional, o que favorece a competitividade do certame e afasta a caracterização de solução singular ou exclusiva.

#### **4.3. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

4.3.1. A contratação não possui natureza continuada, uma vez que os serviços serão demandados de forma eventual e conforme a necessidade da Administração, relacionados à realização de eventos institucionais, solenidades e ações específicas do Tribunal de Justiça.

4.3.2. Não há prestação contínua ou permanente do serviço, mas sim fornecimentos sob demanda, mediante solicitação formal, conforme previsto no Termo de Referência.

#### **4.4. DURAÇÃO INICIAL DO CONTRATO**

4.4.1. Considerando que a demanda apresenta caráter eventual e recorrente ao longo do exercício, a utilização de Ata de Registro de Preços mostra-se adequada, permitindo maior flexibilidade no atendimento das necessidades institucionais.

4.4.2. Nessa hipótese, a vigência da Ata deverá observar o prazo máximo previsto na legislação vigente, inicialmente de até 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, ficando a duração dos contratos ou instrumentos equivalentes condicionada aos prazos a serem definidos no Termo de Referência.

#### **4.5. IDENTIFICAÇÃO DE OBJETOS QUE ATENDAM OS REQUISITOS ESPICIFICADOS**

4.5.1. As soluções aptas a atender aos requisitos especificados consistem na confecção de placas personalizadas e troféus em acrílico, produzidos sob encomenda, conforme as especificações técnicas e padrões mínimos de qualidade a serem definidos no Termo de Referência.

4.5.2. Verifica-se que os serviços demandados são amplamente ofertados no mercado, por empresas especializadas em comunicação visual, brindes institucionais e materiais comemorativos, não se identificando restrição relevante quanto à quantidade de fornecedores aptos à execução do objeto.

4.5.3. As exigências previstas mostram-se necessárias e proporcionais ao atendimento da finalidade institucional da contratação, limitando-se ao mínimo indispensável para assegurar a qualidade e a adequação dos produtos, não havendo, neste momento, necessidade de afastamento ou flexibilização de requisitos, de modo a preservar a competitividade do certame.

### **5. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

5.1. Com o objetivo de identificar a solução mais adequada para atendimento da necessidade apresentada, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, bem como a capacidade interna do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para execução do objeto.

5.1.2. Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de produção própria dos itens. Todavia, tal alternativa mostrou-se inviável, uma vez que o Tribunal não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissionais com capacitação técnica específica, tampouco de infraestrutura, equipamentos e tecnologia necessários à confecção de placas personalizadas e troféus em acrílico, o que demandaria investimentos incompatíveis com os princípios da economicidade e eficiência.

5.1.3. Como segunda alternativa, analisou-se a contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento dos produtos, solução amplamente praticada no mercado e adotada por diversos órgãos e entidades da Administração Pública. Essa opção se revela a mais adequada, pois transfere à contratada a responsabilidade técnica e operacional pela execução do objeto, sem a necessidade de investimentos adicionais por parte da Administração.

5.1.4. Foram examinadas contratações similares realizadas por outros órgãos, bem como experiências pretéritas do próprio Tribunal, não sendo identificadas novas metodologias, tecnologias ou inovações que justificassem a adoção de solução diversa da tradicionalmente utilizada, a qual tem se mostrado eficiente e economicamente vantajosa.

5.1.5. Considerando a natureza comum do objeto e a ampla oferta de fornecedores no mercado, não se aplica, ao caso, a realização de audiências ou consultas públicas para definição da solução, por não se vislumbrar ganho relevante para a Administração.

5.1.6. Quanto à forma de aquisição, a contratação por meio de fornecimento sob demanda, inclusive mediante Sistema de Registro de Preços, quando adotado, mostra-se vantajosa por permitir a entrega parcelada conforme a necessidade administrativa, evitando a formação de estoques e a consequente perda de qualidade dos produtos.

5.1.7. Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de placas personalizadas e troféus em acrílico é a solução que melhor atende ao interesse público, sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

6.1. A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de placas personalizadas e troféus em acrílico, conforme especificações técnicas e padrões de qualidade a serem definidos no Termo de Referência.

6.2. Os produtos serão confeccionados sob demanda, atendendo às necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, observados os requisitos de material, dimensões, acabamento, gravação e identidade visual estabelecidos pela Diretoria de Comunicação.

6.3. A execução do objeto abrangerá a confecção e acabamento, sendo responsabilidade da contratada o cumprimento dos prazos pactuados.

6.4. Por se tratar de fornecimento de bens acabados, não se aplica a exigência de manutenção ou assistência técnica continuada,



devendo a contratada, contudo, assegurar a substituição de produtos que apresentem defeitos ou desconformidade com as especificações, nos termos da garantia legal.

## 7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

### 7.1. MÉTODO PARA A ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base em critérios técnicos e objetivos, considerando a necessidade de atendimento das demandas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, por intermédio da Diretoria de Comunicação, ao longo do período estimado de 12 (doze) meses.

7.1.2. Para a definição dos quantitativos, foram considerados, de forma cumulativa, os seguintes parâmetros:

a) a previsão do número de eventos institucionais, solenidades, ações de comunicação e demais demandas correlatas previstas para o período de vigência da futura contratação;

b) a análise do histórico de consumo verificado em contratações anteriores de objeto similar, realizadas por este Tribunal, a fim de assegurar aderência à realidade operacional e evitar superdimensionamento ou insuficiência quantitativa.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND.	QTD. MÁX.	ITEM PAC 2026	CATMAT/ CATSER
01	Placa em alumínio, na corrosão alto relevo, tamanho 100 x 60 cm, sendo as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo TJTO. <b>A arte será fornecida pela CECOM.</b> <b>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 1 unidade.</b>	UND	8	393	360776
02	Placa em alumínio, na corrosão alto relevo, tamanho 50 x 70 cm, sendo as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo TJTO. <b>A arte será fornecida pela CECOM.</b> <b>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 1 unidade.</b>	UND	10	394	360776

03	Placa em alumínio, na corrosão alto relevo, tamanho 22 x 33 cm, ficando as letras sem pinturas e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, com logomarca do do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo TJTO. <b>A arte será fornecida pela CECOM.</b> <b>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 1 unidade.</b>	UND	4	395	360776
04	Placa em aço inox, litografada para homenagem, tamanho 20 x 14 cm, com caixa aveludada nas cores azul ou preta, com logomarca do TJTO colorida e dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça. <b>A arte será fornecida pela CECOM.</b> <b>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 1 unidade.</b>	UND	25	396	317069
05	Troféu personalizado em acrílico cristal, com recorte a laser, composto de base 6mm de espessura com duas placas, sendo: base com 20 x 8cm, com dizeres a serem gravados, placa do centro acrílico 6mm medindo 18cm pela proporção, impressão digital colorida UV ou adesivado. <b>A arte será fornecida pela CECOM.</b> <b>Para cada solicitação, o pedido mínimo será de 1 unidade.</b>	UND	25	397	471251

## 7.2. INFORMAÇÕES DE CONTRATAÇÕES ANTERIORES

7.2.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins realiza, há diversos exercícios, contratações de objeto similar ao pretendido neste Estudo Técnico Preliminar, o que permite a utilização de dados históricos como subsídio para o adequado dimensionamento da demanda.

7.2.2. Nesse contexto, foram consideradas as seguintes contratações realizadas em exercícios anteriores, formalizadas por meio de Atas de Registro de Preços, conforme demonstrado abaixo:

ANO	ATA DE REGISTRO DE PREÇO	EVENTO SEI
2022	Ata nº 178/2022 – TJTO	4810037
2023	Ata nº 128/2023 – TJTO	5361341

2023	Ata nº 129/2023 – TJTO	5361439
2024	Ata nº 5/2024 - TJTO	6266253

7.2.3. A análise dessas contratações evidencia a recorrência da demanda e a adequação do modelo de contratação adotado, servindo como parâmetro técnico para a estimativa das quantidades e para a definição da estratégia de contratação ora proposta.

### 7.3. MEMÓRIAS DE CÁLCULO E OS DOCUMENTOS DE SUPORTE

7.3.1. Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos a partir da análise comparativa das quantidades previstas em certames anteriores, conforme demonstrado no quadro abaixo, o qual possui caráter meramente estimativo e informativo, servindo de base técnica para a projeção da demanda para o período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO	Ata de Registro de Preços nº 178/2022 – TJTO (Evento 4810037) Qtd. Estimada	Atas de Registro de Preços nº 128 e 129/2023 – TJTO (Eventos 5361341 e 5361439) Qtd. Estimada	Ata de Registro de Preços nº 05/2024 – TJTO (Evento 6266253) Qtd. Estimada
01	Placa em alumínio, alto relevo, tamanho 1,00m x 60 cm, sendo as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo TJTO.	8	8	8
02	Placa em alumínio, alto relevo, tamanho 50 x 70 cm, sendo as letras sem pintura e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo TJTO.	6	10	10
03	Placa em alumínio, alto relevo, tamanho 22 x 33 cm, ficando as letras sem pinturas e o fundo com pintura automotiva nas cores desejadas, com logomarca do TJTO e dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça.	2	5	5
04	Placa em aço inox litografada para homenagem, tamanho 20 x 14 cm, com caixa aveludada, com logomarca do TJTO colorida e	20	30	30

	dizeres a serem gravados informados pelo Tribunal de Justiça.			
05	Troféu personalizado em acrílico cristal, com recorte a laser, composto de base 6mm de espessura com duas placas, sendo: base com 20x8cm, com dizeres a serem gravados, placa do centro acrílico 6mm medindo 18cm pela proporção, impressão digital colorida UV ou adesivado.	-	50	33

7.3.2. As quantidades apresentadas possuem caráter estimativo, tendo por finalidade subsidiar o planejamento da contratação, não constituindo obrigação de aquisição por parte da Administração.

7.3.3. A efetiva contratação dos itens ocorrerá conforme a necessidade da Administração, observadas as disponibilidades orçamentárias e as demandas institucionais supervenientes.

## 8. PROJEÇÃO APROXIMADA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação pretendida encontra-se prevista nos itens 393, 394, 395, 396, 397 e 398 do Plano de Contratações do TJTO, constante do processo SEI nº 25.0.000008858-0, cujo valor estimado é de **R\$ 43.400,00 (quarenta e três mil e quatrocentos reais)**.

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Considerando a natureza do objeto, verifica-se que os itens que compõem a contratação são divisíveis, não havendo prejuízo à execução do conjunto caso sejam contratados de forma individualizada.

9.2. Dessa forma, será adotado o parcelamento do objeto, com julgamento pelo menor preço por item, medida que se mostra adequada para ampliar a competitividade do certame, possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa e atender aos princípios da economicidade e eficiência

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não foi identificado a existência de contratações correlatas ou interdependentes capazes de interferir ou condicionar a execução do objeto a ser contratado.

10.2. Ressalta-se, entretanto, que há registro de contratações anteriores promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com objeto semelhante, formalizadas por meio das Atas de Registro de Preços nº 178/2022, nº 128/2023, nº 129/2023 e nº 5/2025, as quais evidenciam a recorrência da demanda e subsidiam a presente contratação.

## **11. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO**

11.1. A contratação pretendida proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração, assegurando o atendimento tempestivo das demandas institucionais relacionadas à confecção e ao fornecimento de placas personalizadas e troféus, em conformidade com as necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

11.2. A contratação de empresa especializada contribuirá para a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, ao dispensar a alocação de servidores, bem como a realização de investimentos em equipamentos, infraestrutura e capacitação técnica para a produção dos materiais, promovendo ganhos de economicidade, eficiência e eficácia, inclusive sob a perspectiva da sustentabilidade.

11.3. Ademais, a padronização dos produtos e a previsibilidade do fornecimento asseguram maior qualidade, agilidade no atendimento das demandas e continuidade das ações institucionais, fortalecendo a imagem institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, evidenciando a viabilidade e a necessidade da contratação.

## **12. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Não se identificam providências prévias ou medidas acessórias necessárias à celebração do contrato, considerando que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de bens comuns, de utilização recorrente, que não exige adequações estruturais, instalação específica ou preparação prévia por parte da Administração.

12.2. Não se mostrou necessária a consulta a outras unidades do Poder Judiciário do Estado do Tocantins para a viabilização da contratação.

12.3. Igualmente, não se verifica a necessidade de capacitação específica de servidores, uma vez que a gestão e a fiscalização contratual poderão ser realizadas por servidores da unidade demandante, cujas atribuições e conhecimentos são compatíveis com o acompanhamento do objeto.

## **13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

13.1. A contratação apresenta impactos ambientais reduzidos, tendo em vista que o objeto consiste no fornecimento de placas personalizadas e troféus confeccionados sob demanda, não envolvendo processos contínuos de produção nem consumo elevado de recursos naturais por parte da Administração.

13.2. A presente contratação deverá observar, no que couber, práticas e critérios de sustentabilidade, de modo a prevenir danos ao meio ambiente, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes aplicáveis às contratações públicas sustentáveis.

13.3. Como medidas mitigadoras, deverão ser adotados procedimentos voltados à utilização racional de insumos, ao adequado gerenciamento de resíduos decorrentes do processo produtivo e à destinação ambientalmente adequada de sobras e refugos, quando existentes.

13.4. A unidade demandante procedeu à análise da descrição do objeto à luz das diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável do Tribunal, não sendo identificados impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação pretendida.

13.5. Considerando a natureza do objeto, não se aplica a exigência de logística reversa, tampouco requisitos relacionados ao consumo de energia ou à instalação de equipamentos pela Administração.

#### **14. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA**

14.1. A contratação pretendida está prevista nos itens 393, 394, 395, 396, 397 do Plano de Contratações TJTO 2026, SEI 25.0.000008858-0.

#### **15. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

15.1. Com base nas informações levantadas ao longo da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, considerando as questões orçamentárias, o planejamento institucional e a existência de mercado fornecedor apto a atender ao objeto, conclui-se que a contratação pretendida é viável, necessária e adequada para o atendimento das demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

15.2. A necessidade encontra-se devidamente justificada, as quantidades e especificações mostram-se compatíveis com a demanda identificada, e a análise de mercado evidencia a existência de empresas com capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos itens. Ademais, a solução escolhida está alinhada aos objetivos institucionais e às diretrizes do Plano de Contratações Anual, revelando-se apta a atender aos resultados esperados com eficiência, economicidade e observância do interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Leticia do Socorro Barbosa Azevedo, Secretária**, em 10/06/2026, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7186013** e o código CRC **390ECFB7**.

Quadra 103 Norte nº 11 Lote 2 - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77.001-036  
- <http://www.tjto.jus.br/>

26.0.000001563-5

7186013v27